

ENTREVISTA Ciro Nogueira Corrupção no governo é virtual, não aconteceu

O ministro da Casa Civil diz serem "corrupção virtual" suspeitas de pedido de propina por pastores indicados por Jair Bolsonaro (PL) para intermediar reuniões no MEC. Chamado de "amortecedor" no governo, ele diz não acreditar que o episódio atrapalhe o discurso anticorrupção da gestão. "Não houve corrupção." Política A8

Bolsonaro afrouxa licitações para acelerar verba a aliados

Com aval do TCU, obras indicadas por emendas na Codevasf, controlada pelo centrão, sobem 240%

O governo Jair Bolsonaro (PL) passou a usar em larga escala uma manobra que afrouxa critérios de licitações para acelerar a distribuição de bilhões de reais a aliados por meio de emendas parlamentares, relata Flávio Ferreira e Mateus Vargas. A prática estimula corrupção e má qualidade.

Ela é centrada na estatal Codevasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba), sob comando do centrão, grupo que dá sustentação a Bolsonaro. Nela, licitações usam critérios fictícios ao avaliar obras, permitindo a liberação mais rápida de recursos.

Assim, invertendo a lógica da administração pública, as obras são subordinadas então ao desejo expresso nas emendas, particularmente as chamadas de relator, utilizadas por Bolsonaro para cooptar o apoio do centrão. Só neste ano, estão disponíveis R\$ 16,5 bilhões para esses gastos arbitrários.

Isso é feito com o aval do Tribunal de Contas da União. No ano passado, contra a recomendação da sua área técnica e da Controladoria Geral da União, o tribunal liberou o afrouxamento. Assim, as licitações genéricas na Codevasf passaram de 29 para 99 de 2020 para 2021, um aumento de 240%.

A estatal defende a aplicação da medida. Diz que é uma forma de dar celeridade à aplicação dos recursos. "As ações da companhia são empreendidas com abordagem técnica e servem ao interesse social." O TCU afirma que assim é possível atender mais rapidamente as comunidades. Política A4

Propostas no Congresso sobem gastos em R\$ 46 bi

Mercado A17

Teremos um novo presidente ano que vem, diz Lemann

O empresário Jorge Paulo Lemann afirmou ontem que o Brasil terá um novo presidente no ano que vem. O bilionário brasileiro deu a declaração ao comentar sobre a educação do país, durante um debate da Brazil Conference, nos EUA. Mercado A21

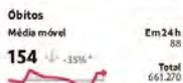
Casos de violência na escola crescem no pós-pandemia

Nos dois primeiros meses de aula do ano, foram registrados 4.021 casos de agressão física na rede estadual paulista, —48,5% a mais que no mesmo período de 2019, pré-pandemia. O comportamento é atribuído a isolamento e a perdas na família. Cotidiano B2

A pandemia em 9.abr

Dados das 20h

População vacinada no Brasil
1º ciclo vacinal completo (dose única ou 2ª dose) **75,4%**



*Variação em relação a 14 dias

EDITORIAIS A2

De roubos e robôs

Acerca de indícios de malversação de verba no MEC.

Suprema insignificância

Sobre casos de furtos que chegam ao STF e ao STJ.

ATMOSFERA

São Paulo hoje



Rio	23	27	22	29
Brasília	17	31	18	31
Ribeirão	20	32	20	32

Fonte: www.climatempo.com.br



Marlene Bergamo/Folhapress

Macron e Le Pen miram votos da esquerda no primeiro turno

Presidente francês busca reeleição em disputa apertada contra candidata da ultradireita. Ambos almejam eleitores de Jean-Luc Mélenchon, da esquerda radical e 3º na corrida. Pleito que começa hoje deve ir a 2º turno. Mundo A12

Chamar de racista pode não ajudar, diz psicólogo social

Para Jack Glaser, da Universidade da Califórnia, racismo difere de viés racial implícito, processo não consciente ao qual todos estão sujeitos. "Dizer que as pessoas são racistas só vai levá-las a levantar barreiras defensivas", afirma à Folha. Cotidiano B4

Por cidadania para filhos, russas vêm ao Brasil dar à luz

Mirando um passaporte mais aceito no mundo para seus filhos, em especial em tempos de isolamento diplomático devido à guerra na Ucrânia, russas fazem turismo de parto para dar à luz no Brasil. Segundo agências, algumas decidem ficar. Mundo A14

ilus trís sima trada snj!

Descoberta do navio Endurance é novo capítulo de saga de sobrevivência C4

MÔNICA BERGAMO
Conto minha história para mostrar que o amor é possível, diz Sidney Magal C2

Marcelo Leite Aras comete fake news no Supremo

Nas sessões da "pauta verde" no STF sobressaiu a mentira do procurador-geral da República, Augusto Aras, ao dizer que há 3.000 ONGs na Amazônia e 300 no resto do país. Do PGR se desejava mais independência institucional — mas não de Aras. Ambiente B5



Tripulação da Endurance em foto de Frank Hurley

PRISÃO DE AGRSSOR DE MULHER EM SP AUMENTA 43%

A guia de turismo Meri Xavier, 38, era agredida desde os 21 anos por seu companheiro; população carcerária com esse perfil aumentou de 2.612 para 3.737 em cinco anos Cotidiano B1

política

PAINEL

Fábio Zanini
painel@grupofolha.com.br

Seguro de vida

A PM de SP produziu levantamento sobre uso de câmeras em fardas que contradiz o pré-candidato a governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), segundo quem elas representam perigo para os agentes. De acordo com os dados, o uso dos aparelhos pelos policiais aumentou a segurança da tropa. Entre 2019 e 2021, de junho a outubro, as ocorrências de resistência às abordagens policiais caíram 32,7% nos batalhões que usam a tecnologia. Nos que não a utilizam, a queda foi de 19,2%.

ARSENAL O levantamento mostra ainda redução de confrontos. Nos batalhões que utilizam a tecnologia, a queda foi de 87%, dez vezes maior que o dos sem câmeras. A polícia também vê efeito na produtividade. Os números de flagrantes e de apreensões de armas foram 41,4% e 12,9% maiores, respectivamente, entre os batalhões com câmeras.

RINGUE Como mostrou o Pánel, o ex-ministro da Infraestrutura, apoiado pelo presidente Jair Bolsonaro (PL), pretende acabar com as câmeras, que constituem uma das principais ações do atual governo na área da segurança e serão defendidas pelo governador Rodrigo Garcia (PSDB) em sua campanha à reeleição.

SINAL VERDE Com o destravamento do PIU (Projeto de Intervenção Urbana) Arco Jurubatuba na Justiça, após decisão do STJ, o presidente da Câmara de SP, Milton Leite (União Brasil), vai incluir o projeto de lei relacionado na pauta da próxima semana. O PL está na Casa desde 2018, mas estava parado por uma liminar.

MAPA Os PIUs orientam o desenvolvimento urbano de regiões da cidade por décadas. O prefeito Ricardo Nunes (MDB) afirmou ao Pánel que a prioridade legislativa em 2022 será a pauta urbanística. O acordo assinado com a União sobre o Campo de Marte dará fôlego financeiro à prefeitura para projetos de grande escala.

PARTO 1 A senadora Mara Gabrielli (PSDB-SP) apresentou projeto para permitir que bebês gerados por mulheres ucranianas contratadas como barriga de aluguel possam ser registrados mais facilmente por pais brasileiros. A atividade é comum no país europeu, invadido pela Rússia.

PARTO 2 Hoje, a lei brasileira permite o uso de barriga de aluguel, desde que sem relação comercial. O projeto facilita a vinda de ucranianas grávidas para o Brasil, caso estejam fugindo do conflito e permite o registro do bebê mesmo se tiver havido pagamento.

ACERVO O Irlce (Instituto de Relações Internacionais e Comércio Exterior) lança na segunda (11) portal sobre temas que afetam os interesses do Brasil, em especial comércio exterior e meio ambiente. O endereço é www.interessencional.com.

RECEITA 1 O economista Gabriel Galpoldo, novo conselheiro de Lula (PT), se mostrou a favor, em live em 2020, de reformas que melhoram o ambiente de negócios. "O Brasil tem uma competitividade péssima", disse, em evento da Casa do Saber. Ex-CEO do Banco Fator, ele acompanhou a presidente do PT, Gleisi Hoffmann, a um jantar com empresários.

RECEITA 2 Na live, ele defendeu investimentos na área social. Também criticou comentaristas que ficam "no ar condicionado dando pitaco" sem conhecer o mundo real e afirmou que economistas que previam alta da inflação em razão da concessão de auxílio emergencial na pandemia precisavam de "camisa de força".

PRESSÃO O PL, do presidente Jair Bolsonaro, promete linha dura com candidatos a deputado em SP que não defenderem o nome de Tarcísio de Freitas (Republicanos) para o governo do estado. Dos 17 membros da bancada estadual, 7 deram apoio a Rodrigo Garcia (PSDB).

SECA Uma das medidas é vetar o fundo eleitoral para os dissidentes em suas campanhas. O PL está fechado com o Tarcísio. Não tem como o fundo do partido financiar qualquer posição diferente dessa", diz o vice-presidente nacional da legenda, deputado federal Capitão Augusto (PL-SP).

HOLOGOTES O PSB, fora da federação formada por PT, PV e PCdoB, aposta em três nomes para puxar votos e aumentar a bancada federal em São Paulo: os recém-filiados Augusto de Arruda Botelho e Tabata Amaral (ex PDT), além do deputado federal Rodrigo Agostinho. A meta é conseguir, ao menos, repetir o desempenho de 2018 e eleger quatro deputados.

MALNAFITA Não foi apenas financeiro o prejuízo sofrido pelo Podemos com a defeção de Sérgio Moro para o União Brasil. Diversos candidatos a governador e deputado deixaram o partido em razão da filiação do ex-juiz, em novembro do ano passado, por não quererem se associar a ele.

DESFALCADO O partido avalia ter perdido nomes competitivos em Mato Grosso, Paraná, Tocantins, Bahia e outros estados. Por isso, deverá ter número reduzido de candidatos a governador, focando na disputa ao Legislativo.

com Guilherme Seto e Juliana Braga

GRUPO FOLHA

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

Redação São Paulo

Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222

Ombudsman ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000

Atendimento ao assinante (11) 3224-3090 | 0800-775-8080

Assine a Folha assine.folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL

DO 1º AO 3º MES
DO 4º AO 12º MES
A PARTIR DO 13º MES

Digital Ilimitado

R\$ 1,90
R\$ 9,90
R\$ 29,90

Digital Premium

R\$ 1,90
R\$ 9,90
R\$ 39,90

EDIÇÃO IMPRESSA

MG, PR, RJ, SP
DF, SC
ES, GO, MT, MS, RS
AL, BA, PE, SE
Outros estados

Venda à avulsa

seg., a sáb.
R\$ 5
R\$ 5,50
R\$ 6
R\$ 9,25
R\$ 10

dom.

R\$ 7
R\$ 8
R\$ 8,50
R\$ 11
R\$ 11,50

Assinatura semestral*

Todos os dias
R\$ 827,90
R\$ 1.044,90
R\$ 1.318,90
R\$ 1.420,90
R\$ 1.764,90

*A vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

CIRCULAÇÃO DIÁRIA (IVC)

361.387 exemplares (fevereiro de 2022)

Governo Bolsonaro afrouxa licitações para acomodar emendoduto

Manobra para turbinar uso de emendas em obras de pavimentação de estatal federal teve aval do TCU, e casos subiram 240% em 2021

Flávio Ferreira e Mateus Vargas

SÃO PAULO E BRASÍLIA A gestão do presidente Jair Bolsonaro (PL) passou a usar em larga escala uma manobra licitatória para dar vazão aos recursos bilionários das chamadas emendas parlamentares, distribuídas a deputados e senadores com base em critérios políticos e que dão sustentação ao governo no Congresso.

A estratégia deixa em segundo plano o planejamento, a qualidade e a fiscalização, abrindo margem para serviços precários, desvios, superfaturamentos e corrupção.

A essência do emendoduto é o afrouxamento do controle sobre obras de pavimentação da estatal federal Codevasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Paranaíba), hoje sob comando do centrão.

Questionada, a companhia afirma que age com abordagem técnica e com interesse social.

Na manobra disseminada pela gestão Bolsonaro, as licitações são realizadas com a utilização de modelos e dados fictícios que valem para estados inteiros. Depois que os locais são escolhidos, em geral pelos padrinhos das emendas parlamentares, as futuras obras é que devem se encaixar nas propostas vencedoras nessas licitações.

Um ministro do TCU (Tribunal de Contas da União) resumiu o mecanismo, que, segundo ele, "inverte a lógica clássica" de inicialmente realizar um projeto específico para uma via já escolhida e aí sim, em seguida, fazer uma cotação de preços com base em uma situação real.

A própria estatal admite que o expediente tem como objetivo acomodar a crescente injeção de verbas de emendas parlamentares.

O modelo adotado por Bolsonaro para atender ao centrão foi ampliado após o plenário do TCU ter dado aval à prática em meados do ano passado, apesar dos alertas de sua própria área técnica e também da CGU (Controladoria-Geral da União).

Com a liberação dos ministros do TCU, o número de licitações desse tipo na Codevasf saltou de 29 em 2020 para 90 no ano passado, um aumento de 210%. Pela lógica da Codevasf e do TCU, o mais importante é servir de via rápida para que os congressistas possam destinar o dinheiro público, o que na prática ocorre em especial por meio das chamadas emendas de relator.

Uma série de reportagens de diferentes veículos de imprensa desde 2020 tem mostrado a falta de transparência e o uso político dessa modalidade das emendas parlamentares.

O que a Folha mostra agora é como uma manobra usada em larga escala pelo governo Bolsonaro e chancelada pelo próprio TCU tem sido fundamental para escoar essas verbas federais da caneta do relator do Orçamento no Congresso e dos ministros até os redutos eleitorais de deputados e senadores.

Atualmente, a emenda de relator é pecha-chave no jogo político em Brasília, pois é distribuída por governistas em votações importantes no Congresso. O dinheiro disponível neste ano é de R\$ 16,5 bilhões.

Continua na pág. A6

A 'inversão da ordem clássica' das licitações na estatal de Bolsonaro

Com aval do TCU, estatal Codevasf ampliou concorrências de obras de pavimentação sem local definido e sem projeto básico

Roteiro clássico em licitações de pavimentação

-  1 Municípios, estados ou governo federal definem que um determinado local deve receber uma obra pública de pavimentação
-  2 São realizados estudos no local para que possa ser feito um projeto básico que vai servir de base para a cotação de preços na licitação
-  3 É aberta a concorrência na forma de licitação de obra, com fundamento no projeto básico, com fases de apresentação de documentos e de propostas
-  4 A empreiteira vencedora da licitação inicia a obra dentro dos limites objetivos do projeto e da proposta que apresentou

Roteiro adotado pela Codevasf

-  1 A Codevasf abre concorrência para um contrato de pavimentação que seja válido para um estado inteiro ou uma grande região, mas sem definir os locais onde as obras serão feitas
-  2 A estatal cria modelos fictícios de vias e estimativas para a cotação de preços das obras. É calculado um valor de referência por metro quadrado, como se fosse um serviço de colocação de pisos em uma casa
-  3 É feita uma forma simplificada de concorrência, o pregão eletrônico, de forma online
-  4 A vencedora assina um "contrato guarda-chuva" válido para um estado inteiro ou uma região
-  5 Quando chega o dinheiro público de uma emenda parlamentar ou de outra natureza, é escolhido o local a receber as obras, geralmente por indicação do político padrinho da emenda
-  6 É apresentada documentação com estudos do local para que a obra possa ser encaixada nas condições do "contrato guarda-chuva"
-  7 As obras são iniciadas pela Codevasf com vários riscos de irregularidades, já que a realidade dos locais teve que ser enquadrada nas condições genéricas dos "contratos guarda-chuva". Esse mecanismo deixa em segundo plano o planejamento, a qualidade e a fiscalização, abrindo margem para serviços precários, desvios, superfaturamentos e corrupção

política

OMBUDSMAN

folha.com/ombudsman
ombudsman@grupofolha.com.br

Ombudsman tem mandato de um ano, com possibilidade de renovação, para criticar o jornal, ouvir os leitores e comentar, aos domingos, o noticiário da mídia. Tel.: 0800-015-9000; fax: (11) 3224-3895



Carvall

Não existe piloto automático

Acidente com ex-BBB mostra como é fácil para a mídia errar o foco da notícia

José Henrique Mariante

"BBB 22: Eslovênia e Rodrigo tomam banho juntos e mãe da sister vibra." Sim, a *Folha* publicou um título assim em janeiro. A foto até que é inocente, os dois no chuveiro mais preocupados em mostrar o xampu que patrocina o programa. Pelo índice do jornal, em pouco tempo, Rodrigo foi de herói a vilão no jogo. Acabou eliminado do reality em fevereiro. Virou notícia de verdade no fim de março. A bordo de um carro de aplicativo, foi projetado do banco de trás após colisão na traseira de um caminhão.

Estava sem cinto de segurança. O motorista não inventou desculpas, simplesmente disse que cochilou ao volante.

Para boa parte dos leitores, o parágrafo anterior traz pouca novidade. Desde o acidente, o ex-BBB, agora chamado Rodrigo Mussi, porque seu nome virou âncora de busca na corrida por audiência, é notícia obrigatória em quase todos os sites e noticiários de TV. Se que na UTI, está progredindo, mexe braços e pernas, estava triste, está agitado, apertou o dedo do irmão, abre os olhos,

volta a abrir os olhos, aperta mão da família. Só na *Folha*, mais de 20 títulos da tragédia exposta até sexta-feira (8). Peço, porém, que a leitora e o leitor voltem ao primeiro parágrafo, ponham a tragédia de lado e busquem a notícia. Jornalismo, muitas vezes, é o exercício de ter um monte de coisas na sua frente e perceber que existe mais por trás. A *Folha* levou quase uma semana para publicar reportagem fora do drama: "Uso de cinto de segurança no banco de trás reduz em até 43% risco de

morte". Uma busca no Google mostra o jornal até bem ranqueado no assunto, que muitos concorrentes ignoraram. Já um informe da 99, sobre permitir que motoristas cancelem viagens de quem se recusar a usar o dispositivo, teve notável adesão das Redações. Há uma história ainda maior no acidente, pincada por Juliano Spyer, antropólogo que escreve no site da *Folha* desde fevereiro. "O sono dos motoristas de aplicativo", o título de sua coluna, só não diz mais que o subtítulo: "Quem

tem contas chegando e filhos para alimentar ou tem insônia na cama, ou dorme no volante de exaustão".

Spyer parte do episódio para uma perspectiva social: as contas dos motoristas de aplicativo há muito não fecham, e as jornadas de trabalho são cada vez mais longas para que consigam auferir algum rendimento. A tragédia de Kaique Reis, o condutor de Rodrigo Mussi, não foi percebida por boa parte da mídia, mas ela está aí, nas ruas, invisível, ao lado de inúmeras outras.

Como se diz no BBB, o Brasil tá vendendo, mas só o que quer, na tela do celular, fingindo que o piloto é automático. Não é. Nem o jornalismo pode ser.

Lado B

Ainda sobre aplicativos, uma das grandes histórias da semana foi publicada pela Agência Pública na segunda-feira (4). Agências de publicidade a serviço do iFood teriam criado perfis falsos em redes sociais e infiltrado agente em manifestação para desmobilizar movimento de entregadores. A empresa nega.

"O modelo era o da propaganda lado B. Tipo o que o Bolsonaro faz com o gabinete do ódio, mas que as agências já fazem há muito tempo", diz uma fonte no artigo. "Toda campanha grande tem uma equipe lado B que basicamente faz conteúdo sobre um inimigo. Sempre sem assinar". A produção descrita era sofisticada, com tudo pensado para parecer como conteúdo feito pelos próprios entregadores,

com direito a piadas e memes.

Noticiários da *Folha* sobre os atos aparecem em trechos da reportagem. Em uma das citações, o jornal, ao lado de outros veículos, põe em título justamente aquilo que teria sido inanimado pelas agências em uma das manifestações.

O caso foi parar na CPI dos Aplicativos, em curso na Câmara paulistana, relatou a *Folha* na quinta-feira (7).

O iFood fez propaganda institucional no jornal nos últimos meses. Anúncios seriados sobre responsabilidade social foram contestados por associação de trabalhadores. Letoraria remeteu o assunto ao ombudsman, pedindo uma atitude do jornal. A reclamação foi encaminhada à empresa.

Publicidade em jornal é sempre identificável. Anunciante e veículo põem a cara para bater, e não raro apanham, como no caso dos anúncios que defendiam kit Covid, mácula que vai perseguir a *Folha* sempre que se falar de pandemia. É muito diferente do que pisca no celular, sem assinatura ou razão aparente. Estar do lado A, no entanto, não isenta o jornal de responsabilidades.

#twitterless

The New York Times pediu para seus jornalistas se afastarem do Twitter. Entre as razões, tempo e saúde mental. É o contrário do que pregou em 2014, quando iniciou sua revolução digital e pediu que todos se afastassem das redes. Se a moda pega por aqui, vai ter muita gente sem saber o que fazer para apurar uma notícia.

Governo Bolsonaro afrouxa licitações para acomodar emendoduto

Continuação da pág. A4

Desde 2020, o Palácio do Planalto e aliados usam os recursos de emendas de relator para privilegiar aliados políticos, ampliar a base de apoio deles no Legislativo e, assim, evitar o início de um processo de impeachment contra o presidente Jair Bolsonaro.

Não há uma base de dados pública com a lista de deputados e senadores beneficiados por essa negociação política, o que levou o mecanismo a ser congelado por um tempo pelo STF (Supremo Tribunal Federal) e depois liberado sob a promessa de ampliação da transparência.

No atual modelo de obras de pavimentação da Codevasf, a aquisição dos serviços acontece por meio de uma forma simplificada de licitação, o pregão eletrônico, que ocorre online. Ele leva aos chamados contratos guarda-chuvas, que têm validade para toda a extensão dos estádios.

No jargão técnico, o contrato guarda-chuva é denominado Sistema de Registro de Preços (SRP) ou ata de registro de preços. Na prática, ele joga numa mesma licitação uma série de obras que podem ter padrões completamente diferentes.

Apesar da orientação de seu próprio órgão técnico pela suspensão da manobra, os ministros do Tribunal de Contas da União votaram em maio de 2021 para dar aval ao mecanismo, com apenas algumas ressalvas e pedidos de providências para a Codevasf.

O ministro Benjamin Zylmer (TCU) chegou a admitir que, nesse tipo de concorrência, as quantidades que baseiam a definição dos valores "seriam mera peça de ficção, havendo fundado risco de haver superestimativas nos serviços".

Zylmer, porém, não votou

para barrar a prática. Ele seguiu o entendimento do relator do caso, Augusto Sherman Cavalcanti. Para eles, apesar dos riscos, esse sistema permite a utilização rápida dos recursos das emendas parlamentares, atendendo assim ao interesse público.

Segundo os autos do julgamento do TCU, a estatal alegou que houve aumento no volume das emendas e que há dificuldade em estabelecer quantidades e locais, pois estes são definidos posteriormente pelos congressistas.

A Codevasf argumentou que, em geral, os recursos para as emendas chegam nos últimos meses do ano, quando não há mais tempo para a realização de licitações, e os contratos guarda-chuva permitem a execução do orçamento ainda dentro do exercício.

Para a estatal, a padronização das obras é possível porque os serviços são realizados em vias já existentes e consolidadas, com baixa trafegabilidade, onde não serão necessárias obras de arte ou específicas e podem ser pagos por unidade de medida segundo critérios definidos em termo de referência, como largura, declividade e tráfego.

Em seu voto, o relator até ressaltou os argumentos do órgão técnico do TCU contra o mecanismo, principalmente a crítica quanto à indefinição dos locais e a falta de projetos básico e executivo.

O ministro, porém, votou a favor do pedido da estatal e disse que a adoção do modelo padrão seria "ineficaz para solucionar o impasse temporal que vem obstaculizando a execução do orçamento" quanto às emendas.

Quando o ministro, a estratégia agora ampliada pela Codevasf "afigura-se vantajosa em face de incertezas orça-



MANIFESTANTES PROTESTAM CONTRA BOLSONARO NO CENTRO DE SÃO PAULO. Protesto organizado pela campanha Fora Bolsonaro percorreu ruas na região central da capital paulista na tarde deste sábado (9) e foi marcado por declarações de apoio ao ex-presidente Lula. Mariana Bergamo/Folhapress

mentárias", pois as contratações com antecedência permitem a execução das obras assim que os valores são liberados.

O relator mostrou não ignorar as fragilidades da manobra e o risco de superestimativa nos serviços. Assim, determinou a adoção de "pontos de controle" pela Codevasf, para contratações futuras. O principal deles, segundo o ministro, seria o de adotar medidas para encaixar a situação das vias reais às condições estabelecidas nos contratos guarda-chuva.

Porém, relatórios de avaliação da CGU publicados nas últimas semanas indicam que a Codevasf ainda não conseguiu mostrar como vai fazer para ajustar as condições da realidade aos preços das licitações definidos com base em

dados fictícios. Um dos principais pontos dos relatórios é sobre a dificuldade de se fazer um orçamento de obra sem conhecer as distâncias a serem percorridas para o transporte dos materiais de construção.

A lógica é a mesma de quem compra qualquer produto em sites na internet: quanto mais longe da loja física, mais caro o frete do produto. Mas se não se sabe onde a obra será feita, a brecha para superfaturamentos neste item do orçamento está aberta, segundo os técnicos da controladoria.

Em um dos estudos a CGU aponta que há desvantagem econômica nos contratos guarda-chuva para os modelos de pavimentação dos tipos TSD-CBUQ e ganhos nas modalidades bloqueadas e paralelepípedos. "Justamente aquelas menos complexas".

Codevasf e TCU citam interesse social e padrões técnicos

OUTRO LADO

Em nota, a Codevasf afirma que possui sólida estrutura de governança e que atua ao lado de órgãos de controle. "As ações da companhia são empreendidas com abordagem técnica e servem ao interesse social".

A empresa citou o relatório da CGU que aponta vantagem econômica em duas das quatro formas de pavimentação por pregões. Questionada sobre a captura da empresa pelo centro e pelo privilégio à aliação do governo, a empresa disse que age com "abordagem técnica".

Afirmou também que as nomeações para cargos de dire-

ção seguem a lei das estatais e que parlamentares de diferentes partidos são atendidos na execução das emendas.

Por meio de sua assessoria de imprensa, o TCU afirmou que, ao permitir a adoção do modelo, levou em consideração o interesse público de populações carentes de pequenas localidades que usam as vias para escoar a produção e acessar serviços de saúde e escolas.

Segundo o tribunal, o mecanismo de contratação é mais célere e baseado em projetos padrão, cabendo à Codevasf escolher as vias compatíveis com o projeto licitado.

O tribunal afirma que para reduzir o risco de irregularidades fixou rigorosos mecanismos de controle e, ao final, "irá avaliar os resultados da implementação da modelagem".



Anel viário de Imperatriz (MA), obra da Codevasf tocada pela Engfort. Adriano Vizoni/Folhapress

Empreiteira usa firma de fachada e domina licitações

Segunda maior recebedora do governo Jair Bolsonaro, Engfort ganhou 53 de 99 concorrências da Codevasf

Uma empreiteira do Maranhão conquistou 53 de 99 licitações de pavimentação do governo de Jair Bolsonaro (PL) participando ou sozinha ou ao lado de uma empresa de fachada registrada em nome do irmão de um de seus sócios. Trata-se da Engfort, com sede em Imperatriz, cidade do sul maranhense. Ela tem reservados R\$ 620 milhões da União para fazer os serviços, dos quais R\$ 84,6 milhões já foram quitados.

Apesar desse volume, a empresa é uma caixa-preta e não quis se pronunciar sobre as suas atividades. As obras entregues a ela ficam sob o guarda-chuva da Codevasf, a estatal controlada pelo centrão em troca de apoio ao presidente. Como a Folha mostrou, o afrouxamento de regras licitatórias acelerou a liberação de recursos para obras indicadas por meio de emendas parlamentares desses aliados do Palácio do Planalto.

A estatal não quis comentar o caso da Engfort, que foi a segunda empreiteira com mais verbas empenhadas pelo governo em 2021. Sua atuação, apesar da opacidade de seus métodos, é nacional. Foi a única empresa a participar de todas as licitações nos 15 estados e no Distrito Federal. Em Minas Gerais, onde há mais de 200 firmas de construção pesada, ela concorreu sozinha e ganhou 10 de 21 pregões. Política A4

Prefeito de SP é aprovado só por 12%, diz Datafolha

No cargo há 11 meses, após a morte de Bruno Covas (PSDB), o prefeito paulistano, Ricardo Nunes (MDB), só é aprovado por 12% dos moradores da capital, mostra o Datafolha. Para 46%, sua gestão é regular e, para 30%, ruim ou péssima. Cotidiano B1

Mariliz B Jorge Cheguei ao limite no Twitter, que só faz moer gente

Penso nas consequências profissionais e pessoais de dedicar ao Twitter não só tempo, mas a distância necessária ao pensamento crítico, independente, além do custo emocional. Cheguei ao limite. Mercado A14

Estados ligados ao agro crescem mais durante pandemia

Estudo mostra que estados cuja economia é focada no agronegócio, como MS e GO, tendem a ter altas mais fortes do PIB no período acumulado da pandemia (2020 a 2022), em relação a 2019. Isso se deve à aceleração dos preços das commodities. Mercado A13

Segundo turno na França terá Macron contra Marine Le Pen

Com quase 100% dos votos apurados, presidente centrista (com cerca de 28%) vai ao segundo turno contra ultradireitista (cerca de 23%). Radical de esquerda Mélenchon teve bom desempenho, e rodada final será dia 24. Mundo A9

Petrobras vai avaliar novo presidente na 4ª

Conselho da estatal discutirá nome de novo indicado pelo Planalto para o cargo após disputa com Bolsonaro. Mercado A16

Justiça autoriza paciente a viajar com maconha

Carioca sofre de fibromialgia e trouxe 300g de flores de Cannabis sativa da Alemanha, que pode fumar nas ruas. Cotidiano B3

Equilíbrio B4

Aplicação de Botox também ocorre para prevenir as rugas

Esporte B5

Sérvios irão ao Qatar em busca de sucesso do passado

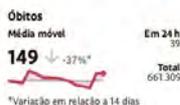
Ilustrada C1

Plínio Marcos tem suas peças levadas a HQs e óperas

A pandemia em 10. abr

Dados até 20h

População vacinada no Brasil
ciclo vacinal completo (dose única ou 2ª dose) **75,4%**



EDITORIAIS A2

Problema de fundo
Sobre vícios do financiamento eleitoral público.

Agências maltratadas
Acerca de indicações de Bolsonaro para os órgãos.



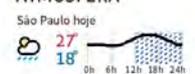
A presidente do Palmeiras, Leila Pereira, na sede da Crefisa, que também dirige, em São Paulo. Karime Xavier/Folhapress

ENTREVISTA DA 2ª

Leila Pereira Palmeiras não é um banco, o que precisa é ganhar títulos

Primeira presidente mulher da história do Palmeiras, Leila Pereira diz que o trabalho no clube é bastante distinto daquele que exerce à frente da financeira Crefisa, que desde 2015 também patrocina o time. "A Crefisa é um banco, o Palmeiras, não", afirmou ela, dizendo que o time precisa investir em talentos para conquistar títulos, e não ter o caixa cheio com a venda de jogadores. A12

ATMOSFERA



política

PAINEL

Fábio Zanini

painel@grupofolha.com.br

Fertilizante

Partido de Jair Bolsonaro, o PL teve crescimento na janela partidária em todas as Assembleias do Centro-Oeste, região dominada pela força do agronegócio. No Mato Grosso, o partido não tinha deputados estaduais e passou a três, tornando-se assim a maior banca. No Mato Grosso do Sul, tinha um e chegou a três. Em Goiás, partiu de zero para cinco. Também virou o principal partido da Câmara Legislativa do DF, filiado dois e chegando a quatro deputados distritais.

RÉGUA Os números demonstram que segue forte a influência de Bolsonaro junto ao setor rural, que novamente deve ser crucial em sua campanha de reeleição. Agora, o PL tem 15 deputados estaduais no Centro-Oeste, enquanto o PT manteve-se com 8.

CONTRAPARTIDA No Nordeste, onde o PT costuma concentrar força, o PL cresceu em 6 dos 9 estados. Saiu da janela com 21 deputados, ganhou de 5. O PT filiou 15 e foi a 44. O Piauí concentrou a pior sangria do partido de Bolsonaro na região, com a saída de três deputados. O estado é base de Ciro Nogueira (Casa Civil).

CONDICIONAL Acrise na comunicação da pré-campanha de Lula (PT) não poupou o slogan das inserções partidárias que ele protagonizou. A frase "Se a gente quiser, a gente pode" foi criticada internamente por ser uma versão pouco enfática do "Sim, nós podemos", do ex-presidente americano Barack Obama.

GOSPEL Sergio Moro (União Brasil) participará no fim de abril de encontro da World Evangelical Alliance, entidade que reúne igrejas protestantes em todo o mundo. Um dos assuntos será a perseguição religiosa pelo mundo, especialmente de cristãos. O tema tem sido bastante explorado pelo presidente Jair Bolsonaro.

SEGUE O JOGO Embora seu partido descarte a campanha presidencial, o ex-juiz segue se comportando normalmente como pré-candidato. Ele também deve se encontrar em breve com comunidades terapêuticas, que atuam na recuperação de usuários de drogas.

7 CHAVES Ministros do TCU estão incomodados com o sigilo imposto por Aroldo Cedraz ao preço de venda da ação da Eletrobras. O relator argumenta ser necessário preservar o dado para não divulgar informação privilegiada a interessados na compra e não da publicidade nem aos demais colegas.

BOTÃO COMPARTILHAR Os ministros reclamam que se não tiveram acesso aos dados para análise, terão de pedir vista. Isso adiará a votação da capitalização da estatal, prevista para 11 de maio. Procurado, Cedraz diz que o sigilo é imposto pelo detentor da informação, o BNDES, e que se dispõe a passar os dados aos colegas, caso isso seja solicitado.

LINHA DE CHEGADA O senador Renan Calheiros (MDB-AL) vem atuando intensamente na obtenção de assinaturas para viabilizar a CPI do MEC. Ele fez a interlocução com o colega Veneziano Vital (MDB-PB), que convenceu sua mãe, a senadora Nilda Gondim (MDB-PB), a assinar o requerimento.

GRANDE FAMÍLIA O alagoano, ex-relator da CPI da Covid, é próximo do ex-senador e ministro do TCU Vital do Rêgo, irmão de Veneziano e filho de Nilma. No final de semana, contudo, ao menos três senadores retiraram as assinaturas, que precisarão ser repostas para viabilizar a comissão.

VIVA VOZ Ciro Gomes (PDT) lançará versão para o Waze com a sua voz. Entre as frases gravadas estão "entre à direita, mas fora Bolsonaro" e "vire à esquerda, mas não essa de goela". O pedetista tem dada especial atenção à comunicação digital em sua pré-campanha.

com Guilherme Seto e Juliana Braga

Cláudio



GRUPO FOLHA

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

Redação São Paulo

Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Eliseos | 01202-900 | (11) 3224-3222

Ombudsman ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000

Atendimento ao assinante (11) 3224-3090 | 0800-775-8080

Assine a Folha assine.folha.com.br | 0800-015-8000

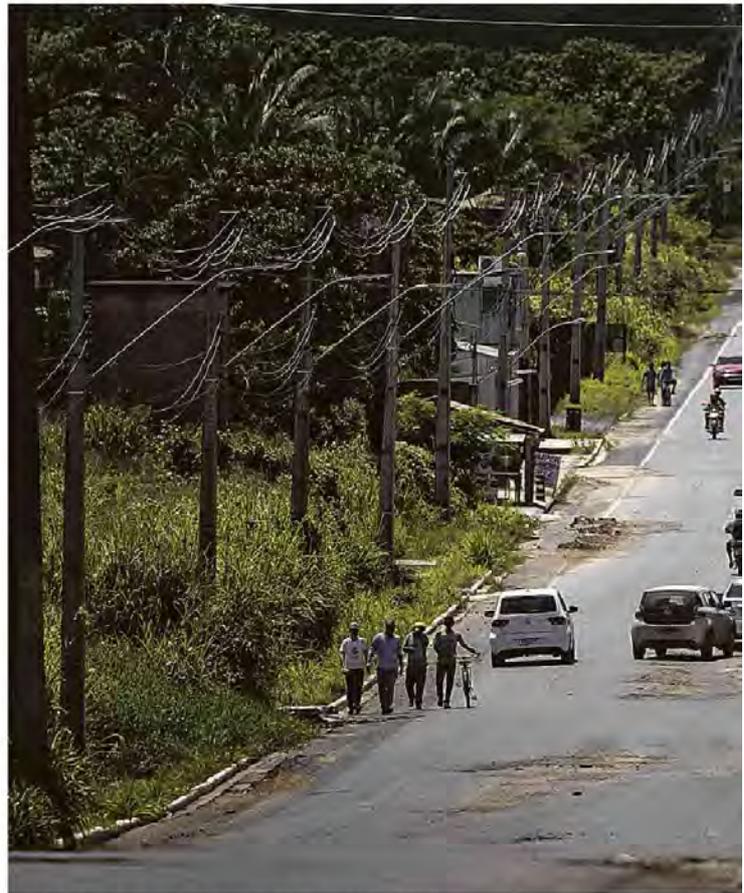
EDICÃO DIGITAL	Digital Ilimitado	Digital Premium
DO 1º AO 31º MES	R\$ 1,90	R\$ 1,90
DO 4º AO 12º MES	R\$ 9,90	R\$ 9,90
A PARTIR DO 13º MES	R\$ 29,90	R\$ 39,90

EDICÃO IMPRESSA	Venda à avulsa	Assinatura semestral*
MG, PR, RJ, SP	seg, a sáb.	Todos os dias
DF, SC	R\$ 5	R\$ 7
ES, GO, MT, MS, RS	R\$ 5,50	R\$ 8
AL, BA, PE, SE	R\$ 6	R\$ 8,50
Outros estados	R\$ 9,25	R\$ 11
	R\$ 10	R\$ 11,50
		R\$ 1.420,90
		R\$ 1.764,90

*A vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

CIRCULAÇÃO DIÁRIA (VC)

361.387 exemplares (fevereiro de 2022)



Obra da Codevasf, anel viário em Imperatriz, no Maranhão, repleto de buracos Adriano Visoni/Folhapress

Empreiteira usa empresa de fachada e domina licitações sob Bolsonaro

Construtora maranhense antes sem tradição já obteve reserva orçamentária para receber ao menos R\$ 600 milhões do governo

Flávio Ferreira, Mateus Vargas e Guilherme Garcia

IMPERATRIZ (MA), BRASÍLIA E SÃO PAULO A empreiteira Engenfort tem conquistado a maioria das concorrências de pavimentação do governo Bolsonaro em diferentes licitações nas quais participou sozinha ou na companhia de uma empresa de fachada registrada em nome do irmão de seus sócios.

A construtora, com sede em Imperatriz, sul do Maranhão, explodiu em verbas na atual gestão e sob Bolsonaro fuge de sua tradição ao asfaltar também contratos para asfaltamento longe de sua base.

Até agora, o governo reservou cerca de R\$ 620 milhões do Orçamento para pagamentos à empresa — o valor total já quitado a ela soma R\$ 84,6 milhões. Apesar do volume, a empresa é uma caixa-preta e silencia sobre seus contratos e a firma de fachada usadas nas concorrências.

A fonte de recursos dela são contratos com a Codevasf, estatal federal entregue por Bolsonaro ao centrão em troca de apoio político, e as verbas das emendas parlamentares, ampliadas no esquema do tom-lá-dá-cá pelo Congresso no atual governo.

Procurada, a Codevasf não respondeu às questionamentos específicos sobre a Engenfort.

No ano passado, a Engenfort Construtora e Empreendimentos liderou os repasses da

Codevasf. Também em 2021, foi a segunda construtora em volumes totais empenhados pelo governo federal, atrás da LCM Construção, que acumulou R\$ 843 milhões em verbas reservadas.

A Folha analisou documentos de 99 concorrências de pavimentação da Codevasf realizadas em 2021 por meio de um tipo de licitação simplificada chamada pregão eletrônico, que ocorre de forma online.

Esses pregões, como mostrou a Folha neste final de semana, fazem parte de uma manobra licitatória que passou a ser usada em larga escala sob Bolsonaro para dar também contratos para asfaltamento longe de sua base.

Esses pregões, como mostrou a Folha neste final de semana, fazem parte de uma manobra licitatória que passou a ser usada em larga escala sob Bolsonaro para dar também contratos para asfaltamento longe de sua base.

A estratégia deixa em segundo plano o planejamento, a qualidade e a fiscalização, abrindo margem para serviços precários, desvios, superfaturamentos e corrupção. Na Codevasf, as concorrências envolveram diferentes tipos de pavimentação, como asfalto com CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado a Quente), asfalto com TSD (Tratamento Superficial Duplo), blocos de concreto e paralelepípedos.

A Engenfort foi a única empreiteira que participou de todas essas licitações no Distrito Federal e nos 15 estados abrangidos pela Codevasf. A empreiteira ganhou 53 con-

corrências, ou mais da metade dos pregões.

O desempenho mais expressivo foi em Minas Gerais, tendo conquistado 28 de 42 licitações nas modalidades asfalto CBUQ e blocos.

Apesar de o setor de construção pesada ter mais de 200 empresas com blocos de concreto a Engenfort concorreu sozinha e levou os contratos. Isso é permitido pela lei em situações excepcionais. Em vários casos, a firma ganhou com o preço praticamente cheio, tendo dado um desconto de apenas 0,01% em relação aos valores de referência dos pregões.

Em parte das concorrências da Codevasf, a Engenfort teve a companhia de uma empresa que a Folha descobriu ser de fachada: a Del Construtora Ltda., registrada em nome de um dos irmãos dos sócios da líder Engenfort.

Um dos casos que mais chamou a atenção é o do pregão eletrônico que levou à assinatura de um contrato no valor de R\$ 62,5 milhões para pavimentação no Amapá.

Nessa licitação, as duas únicas empresas participantes foram a Engenfort e a Del.

Na documentação apresentada pela Engenfort para a disputa, constam como sócios da empresa Carlos Eduardo Del Castilho e Carla Cristiane Del Castilho.

Delegou a ata do pregão, a Del chegou a enviar um link

“

Alguma coisa acontece aí para não ficar bem feito. É um desperdício de dinheiro

Natal Ferreira, 36, motorista de caminhão sobre o asfalto no anel viário de Imperatriz, no Maranhão

Continua no pág. A5



Continuação da pág. A4

para acesso à sua documentação, porém a pasta estava vazia. Se a firma tivesse apresentado os papéis, teria sido possível verificar que o sócio administrador da Del é Antonio Carlos Del Castilho Júnior, irmão dos sócios da Engefort.

A falta da documentação levou a Del a ser desclassificada, e a Engefort ganhou o contrato também praticamente pelo valor cheio.

Outra licitação em que as duas empresas participaram, novamente com vitória da Engefort, foi um pregão no valor de R\$ 55 milhões para pavimentação em vias rurais no Maranhão.

Não há registro de vitórias da Del Construtora em nenhuma concorrência federal ou estadual do Maranhão, de acordo com os portais oficiais consultados pela reportagem.

A consequência prática do uso de empresas de fachada em uma licitação é aparentar concorrência quando na verdade não há. O objetivo é garantir os maiores preços possíveis.

Ao usar uma empresa de fachada para fazer número em uma concorrência, uma empreiteira pode buscar evitar chamar a atenção de órgãos de fiscalização, uma vez que a falta de competitividade pode dar margem a investigações.

Outro uso possível de uma empresa de fachada é para apresentação das chamadas propostas de cobertura, que são ofertas fictícias colocadas ao longo dos pregões segundo um roteiro combinado, para simular concorrência quando já há um resultado previamente combinado ao final dos lances.

A Folha esteve em Imperatriz no início deste mês. A primeira tentativa de contato com representantes da Del ocorreu no endereço indicado nos registros públicos da companhia, no povoado de Lagoa Verde. No local, a reportagem constatou que o endereço indicado não existe.

"Eu nasci aqui na rua e nunca tive nada de construtora por aqui", afirmou o marceneiro

Guilherme Santos Reis, 24. A reportagem também telefonou para o número da Del Construtora indicado no Portal da Transparência do governo federal. A atendente afirmou que a ligação havia caído na Engefort.

Indagada, ela respondeu: "Está na ficha cadastral aqui da Del mesmo, mas ela também faz parte da Engefort. São dos mesmos donos, na verdade, da mesma família. Associaram esse número à Del. Você quer falar com a Del ou com a Engefort?"

A reportagem pediu o contato de algum representante das empresas, mas nunca houve retorno.

Fernando Teles Antunes Neto, gerente comercial da Engefort, é neto de um ex-secretário estadual no governo Jackson Lago (2007-2009), que também foi presidente do diretório municipal do PDT de Imperatriz e presidente de um comitê criado para promover a proposta da criação de um novo estado, o Maranhão do Sul, a partir da separação da região sul do estado.

Em Imperatriz, a principal obra feita pela empreiteira com recursos de contrato com a Codevasf tem menos de dois anos, já teve de passar por reforma e possui buracos enormes que colocam em risco a segurança de condutores e moradores.

A avenida Manoel Ribeiro, também conhecida como anel viário, foi entregue em dezembro de 2020 com extensão de 2,2 km e custo de R\$ 3,8 milhões, para servir de ligação entre a BR-010 e bairros da cidade.

A cerimônia contou com a presença do presidente da Codevasf, Marcelo Moreira, e do deputado federal Juscelino Filho (União Brasil/MA), que destinou o valor de uma emenda parlamentar para a obra.

Quatro meses depois da inauguração, a pavimentação já apresentava grandes buracos e deformidades.

O agricultor Francisco Pimentel de Brito, 48, mora à beira da via e diz que a obra também tem problemas de

drainagem.

O motorista de caminhão Natal Ferreira, 36, passa pelo trajeto com frequência. "Alguma coisa acontece aí para não ficar bem feito. É um desperdício de dinheiro", afirma.

Empresa silencia, e Codevasf evita tratar do tema

OUTRO LADO

A direção da Engefort e a Codevasf não se manifestaram em relação às apurações quanto à falta de competitividade nos pregões, ao uso de empresa de fachada e à precariedade da obra recente do anel viário.

No fim de março, a reportagem falou por telefone com o gerente comercial da Engefort, Fernando Teles Antunes Neto. Ele afirmou desconhecer concorrências em que a Engefort tenha participado sozinha.

Sobre a participação da companhia da empresa registrada em nome do irmão dos sócios, Antunes Neto disse que não tinha conhecimento e só poderia responder em relação à Engefort.

Em seguida, Antunes Neto pediu que novos questionamentos fossem feitos por e-mail.

A Folha enviou e-mails para diferentes endereços eletrônicos da Engefort e tentou contato telefônico por vários dias, sem sucesso.

Na sexta-feira (8), a reportagem conseguiu falar por celular com a advogada interna da empreiteira, mas ela não quis se manifestar e se recusou a promover um contato com algum representante da companhia.

Indagada sobre os fatos relativos à Engefort e à Del Construtora, a Codevasf respondeu de forma genérica e sem tratar dos casos apontados pela Folha.

A estatal relatou que suas concorrências observam a legislação e exige que os licitantes também cumpram a lei.

Estatal não consegue provar valor de obras, mostra auditoria

Relatório obtido pela Folha aponta problemas em dados da Codevasf, que recebeu R\$ 3 bi em emendas sob Bolsonaro

Fábio Pupo

BRASÍLIA Receptora de ao menos R\$ 3 bilhões dos cofres públicos por meio de emendas parlamentares durante o governo Jair Bolsonaro (PL), a estatal Codevasf chegou ao fim de 2021 sem comprovar no balanço o valor real das obras que executa.

O problema foi identificado em relatório da auditoria independente Russell Bedford. Obtido pela Folha, o documento faz uma ressalva nas contas dizendo que a Codevasf encerrou o exercício "verificando a existência das operações" da carteira de obras para apresentar os números de maneira confiável.

"A companhia apurou todas as operações registradas na contabilidade, mas ainda está verificando a existência das operações registradas para realizar os devidos ajustes contábeis e, assim, apresentar o saldo contábil de forma fidedigna", afirmam os auditores.

A Codevasf é a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Paranaíba e foi entregue por Bolsonaro ao centrão em troca de apoio político no Congresso.

A Codevasf é vinculada ao MDR (Ministério do Desenvolvimento Regional), pasta comandada até o mês passado por Rogério Marinho (PL). Pré-candidato ao Senado no Rio Grande do Norte, ele defende as emendas e teve diversos embates com o ministro Paulo Guedes (Economia) por despesas públicas.

Questionada se não sabe o valor das próprias obras em andamento e o que tem gerado o problema, a estatal afirmou, em nota, que "a manifestação da auditoria independente apresentada como ressalva diz respeito à sistematização de informações" e que "desenvolveu novo método" para resolver o problema.

Mesmo com os atritos com Guedes, a estatal foi turbinada pelas emendas parlamentares durante o governo Bolsonaro.

Em 2021, deputados e senadores destinaram o equivalente a 61% da dotação orçamentária total da empresa.

Neste sábado (9), reportagem da Folha mostrou o afluxamento no controle sobre obras de pavimentação feitas pela estatal, como licitações realizadas com dados fictícios que valem para estados inteiros.

Essa estratégia é usada com o objetivo de acomodar a crescente injeção de verbas de emendas.

A ressalva da Russell Bedford foi feita no item "Obras em andamento, Estudos e Projetos e Instalações". A Codevasf afirmou no balanço ter um saldo de R\$ 2,7 bilhões na rubrica, mas os auditores não conseguem confirmar o valor.

No relatório, a firma de auditoria diz que não é possível opinar "sobre os saldos dessas contas e os componentes das demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa".

A Codevasf registrou um prejuízo de R\$ 358 milhões em 2021.

Todas as empresas públicas precisam elaborar balanço financeiro e é obrigatório que os números sejam

analisados por uma auditoria independente. As exigências estão na Lei das Estatais, aprovada e sancionada em 2016, durante o governo Michel Temer.

A Russell Bedford orientou que a Codevasf elabore um relatório para conciliar os números e auxiliar nos controles patrimoniais.

Em nota, a estatal afirma que "o balanço anual foi aprovado pelos conselhos competentes com a orientação de que ações sejam empreendidas em atenção ao trabalho da auditoria".

Questionada em um segundo momento o que exatamente precisaria ser levantado e se o problema já havia sido

resolvido, a Codevasf disse que as informações dizem respeito a "ações empreendidas pela companhia" e que o novo sistema será implementado "ao longo de 2022".

Procurado, o MDR afirmou que a Codevasf "é uma empresa pública, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado que, apesar de vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional, tem autonomia administrativa".

As ressalvas nos balanços das empresas são feitas pelos auditores independentes quando constatado que os dados fornecidos pela administração têm risco de não obedecer aspectos legais ou não representar corretamente a realidade, o que pode prejudicar os acionistas — no caso, a União.

Problemas no balanço da Codevasf podem causar prejuízo direto aos cofres públicos, já que ela é uma empresa dependente de recursos do Tesouro Nacional.

Camila Boscov, professora de contabilidade financeira do Insper, diz que a ressalva significa que a auditoria não teve acesso a dados que confirmem o valor registrado.

"A auditoria não conseguiu encontrar documentos que comprovem que o valor ali contabilizado faz sentido. Nesse caso, a firma de auditoria não consegue saber se o valor mensurado está correto ou não, pois não tem informações suficientes para fazer essa afirmação", explica.

Os problemas no balanço se somam a um relatório da CGU (Controladoria-Geral da União) publicado nos últimos dias, que afirma terem sido "identificadas falhas nos procedimentos de monitoramento da execução física das obras de pavimentação, que ocorre, predominantemente, nas superintendências regionais da Codevasf".

Além disso, a CGU detectou a ocorrência de sobreposição de R\$ 3,3 milhões em dez máquinas compradas pela Codevasf com recursos das emendas de relator em 2021.

O relatório diz que não houve a realização de estudos ou análise sobre a necessidade de certas despesas feitas por meio de emendas parlamentares.

Para a CGU, isso indica que as ações podem estar sendo escolhidas para atender interesses privados.

Mais da metade dos valores direcionados pelo Congresso à Codevasf em 2021 vieram por meio das chamadas emendas do relator — que, em tese, servem para o Parlamento ajustar os números propostos pelo governo.

Mas, na prática, as emendas de relator têm sido usadas pelo governo Bolsonaro como um instrumento para parlamentares aliados direcionarem recursos a destinos de interesse (em geral, obras no interior do país). Em 2021, foram mais de R\$ 16 bilhões reservados pelo instrumento.

Em dezembro, a Folha visitou uma das cidades que executa obras com as emendas de relator, em Rio Largo (AL).

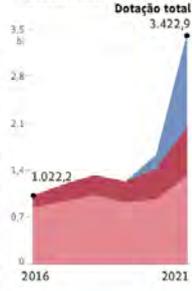
O prefeito Gilberto Gonçalves (PP), aliado do presidente da Câmara, Arthur Lima (PP-AL), chegou a divulgar um vídeo em meio às obras. Mas, dois dias após a gravação, a reportagem constatou que não havia máquinas nem equipamentos no local.

O balanço anual foi aprovado pelos conselhos competentes com a orientação de que ações sejam empreendidas em atenção ao trabalho da auditoria Codevasf, em nota

Estatal das emendas fecha balanço sem valor de obras comprovado

Verba da Codevasf em R\$ milhões*

■ Dotação de emendas de relator
■ Dotação orçamentária (exceto emendas)
■ Dotação de emendas individuais, de bancada e de comissão



Atuação da Codevasf

Área de atuação em 15 estados e o DF
36% do território nacional



Sedes da Codevasf
Ações e programas De acordo com a empresa, ações de incentivo e apoio à agricultura familiar, abastecimento de água, reforço das infraestruturas urbana e rural e outras atividades
*Valores correntes (não obrigatórios)
Fontes: Sisp, CGU e Codevasf

FOLHA DE S. PAULO

DESDE 1921 ★★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

ANO 102 • Nº 33.977

TERÇA-FEIRA, 12 DE ABRIL DE 2022

R\$ 5,00

Equilíbrio B5

Mitos femininos

Cientistas mulheres combatem as pseudociências que miram a estética

Esporte B7

Palmeiras enfrenta Independiente Petrolero em disputa de chefes mulheres

Ilustrada C1

Anitta consolida seu projeto trilingue com lançamento de disco que visa os EUA

Comida C8

Chocolates 'da amêndoa à barra' viram ovo de Páscoa para cliente exigente



Joel Silva/7thapress

CAPITÓLIO VOLTA A RECEBER TURISTAS

Após desabamento deixar mortos, cidade mineira reabriu cânions com poucas pessoas e lanchas paradas Cotidiano B2

Campeã de licitações manteve encontros sem ata com governo

Engelfort, que obteve R\$ 620 milhões em contratos com estatal federal, recebeu Alcolumbre e Rogério Marinho

A Engelfort, construtora que domina as licitações de pavimentação no governo Jair Bolsonaro e usa uma firma de fachada para participar de alguns certames, fez reuniões sem ata com o então titular do Ministério do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, e com o ex-presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP).

A empresa de Imperatriz (MA) concentrava contratos perto de sua sede, mas mudou esse padrão no atual governo. Procurada, não se manifestou sobre o assunto.

A empreiteira já recebeu R\$ 84,6 milhões de um total de R\$ 620 milhões destinados a ela no Orçamento para bancar contratos com a Codevasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba), uma estatal federal cujo controle o Planalto entregou ao chamado "centrão" em troca de apoio no Congresso.

Registros da Codevasf listam 19 encontros de representantes da Engelfort com dirigentes da estatal. Um deles incluiu o então ministro Rogério Marinho (PL-RN).

Em janeiro, Marinho, de férias, se reuniu com o presidente da Codevasf, Marcelo Moreira, e com o gerente comercial da empreiteira, Fernando Teles Antunes Neto. Em setembro de 2021 Moreira recebeu Alcolumbre.

A estatal afirma não haver documentos do teor da conversa nem lista de presença e diz que foram abordados "temas de interesse institucional e de projetos de desenvolvimento regional". Assessoria de Alcolumbre e o ministério não responderam a respeito. Política A4



Daniel Berezhuk/The New York Times

RÚSSIA SE PREPARA PARA BATALHA QUE PODE PÔR FIM À GUERRA NA UCRÂNIA

Mulher chora diante do túmulo do marido, um soldado das forças ucranianas, nos arredores de Kiev; Moscou fechou cerco aos defensores de Mariupol Mundo A12

A pandemia em 11.abr

Dados das 20h

População vacinada no Brasil

1º ciclo vacinal completo (dose única ou 2ª dose) **75,5%**

Óbitos

Média móvel

144 ↓ 38,9%*

Em 24h

80

Total

661.389

*Variação em relação a 14 dias

Cecília Machado

Cultura não é setor que mais perdeu

O lobby da cultura não difere de outros. A Lei Paulo Gustavo abre precedente para o esvaziamento do poço que resta das regras de disciplina fiscal e impede planejamento integrado e avaliação consolidada do uso eficiente de recursos públicos. Mercado A24

CGU diz que gestão Doria superfaturou avarias na crise

A Controladoria Geral da União aponta que a gestão João Doria (PSDB) comprometeu avarias de superfaturados em R\$ 24 milhões durante a pandemia. O governo paulista afirma que não se pode falar em sobrepreço no contexto da crise. Política A8

Mais da metade dos moradores de SP e do Rio quer se mudar

Mais da metade (55%) dos residentes da capital paulista sairia da cidade se pudesse, enquanto 59% dos moradores do Rio se mudariam se fosse possível, mostra pesquisa Datafolha. O histórico indica oscilações na relação de amor e ódio dos habitantes de São Paulo.

O instituto aponta ainda que o pouco policiamento é o principal problema de segurança pública para entrevistados que vivem na capital paulista (24%) e na fluminense (16%), que ofereceram respostas espontâneas quando questionados sobre o tema. Cotidiano B1

Primeiro turno revela mudanças na França

Embora a França veja um segundo turno novamente entre Emmanuel Macron e Marine Le Pen, a votação de domingo (10) permite inferir que os últimos cinco anos provocaram mudanças significativas na política do país. Parte da transformação se deve ao conjunto de crises com o qual Macron teve que lidar, como pandemia e guerra na Ucrânia. Mundo A11

“ [A verba das emendas de relator] ajuda a acalmar o Parlamento. O que eles querem, no final das contas, é mandar recursos para a sua cidade

Jair Bolsonaro em entrevista divulgada ontem AS

BC avalia acelerar alta de juros ante inflação indomada

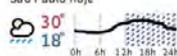
Declarando surpresa com a alta da inflação, que registrou em março seu maior índice para o mês desde a adoção do real, 1,62%, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, indicou ontem que o ritmo de aumento da taxa de juros pode acelerar. Mercado A14

Morre aos 56 anos Eduardo Guardia, ministro da Fazenda de Temer

Mercado A15

ATMOSFERA

São Paulo hoje



Fonte: www.climatempo.com.br



EDITORIAIS A2

Segunda rodada Sobre embate entre Macron e Le Pen na França.

Ainda sem marca Acerca de popularidade de Nunes em São Paulo.



ISSN 1814-5721 33977 9 774144 572032

política

PAINEL

Fábio Zanini

painel@grupofolha.com.br

Cascalho

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), deve abandonar a ideia de criar um grupo de trabalho sobre garimpo em terras indígenas. O plano agora é ampliar o escopo e fazer uma revisão de todo o Código da Mineração. O colegiado sobre mineração nas reservas foi anunciado em março, após a derrota do governo e da bancada ruralista em aprovar a permissão de exploração. O objetivo era aproveitar o impacto da guerra da Ucrânia no preço dos fertilizantes para emplacar a proposta.

JAZIDA Houve forte mobilização de artistas e da sociedade civil para barrar o texto que permite a mineração em áreas indígenas. Na ocasião, Lira prometeu levar o projeto de novo a voto em 30 dias, após análise do grupo de trabalho. Passado este prazo, o órgão nem foi criado ainda.

EMPLACOU O discurso do uso eleitoral da CPI do MEC ganhou ressonância mesmo entre os senadores não alinhados ao bolsonarismo e está dificultando a instalação do colegiado. A avaliação é que, neste momento, uma investigação teria o potencial de beneficiar Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

NUNCA ANTES "Eu não tenho dúvida de que é um desrespeito à população, que passa a acreditar em uma CPI que se torna um palanque eleitoral, em busca de visibilidade, de promoção pessoal e, ao final, oferece uma grande pizza à sociedade", declarou o senador Alvaro Dias (Podemos-PR), que diz ser a primeira vez desde 1998 que não apoia uma CPI.

NADA CONSTA 1 O Ministério Público Federal pediu o arquivamento de denúncia contra o ex-ministro Aloizio Mercadante (PT) no caso em que foi gravado por um assessor do então senador Delcídio do Amaral (PT-MS) oferecendo ajuda política e jurídica para que ele não fizesse acordo de delação premiada, em 2015.

NADA CONSTA 2 "Verifica-se a ausência de elementos probatórios mínimos acerca de obstrução à investigação penal", diz a peça, assinada pelo procurador da República Marcus Goulart, do Distrito Federal. Em nota, Mercadante afirmou que a decisão "refirma sua sua confiança na Justiça".

CLUBE A celebração do 1º de Maio pelas centrais sindicais terá a presença de sindicalistas considerados "progressistas". Devem comparecer ao ato, marcado para a praça Charles Miller, em frente ao estádio do Pacaembu, em SP, os pré-candidatos Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Ciro Gomes (PDT) e Vera Lúcia (PSTU).

AGREGADOS Neste ano, em que se negocia a formação de uma frente contra Jair Bolsonaro (PL), discute-se ampliar o conceito de "progressista" para atrair nomes da terceira via, como Simone Tebet (MDB) e João Dória (PSDB).

OPTEI Pré-candidato ao Senado, o vice-presidente Hamilton Mourão (Republicanos-RS) fechou aliança com o ex-ministro do Trabalho e pré-candidato ao governo do Rio Grande do Sul, Onyx Lorenzoni (PL-RS). O senador Luiz Carlos Heinze (PP-RS), também pré-candidato ao governo, batalhava para ter Mourão em sua chapa majoritária.

BALANÇA O fator decisivo foi a articulação de Onyx para filiar o deputado estadual Tenente Coronel Zucco ao Republicanos. Egresso do União Brasil, foi o parlamentar mais votado da Assembleia em 2018.

DILUÍDO Pouco mais de uma semana após ter trocado o apoio a João Dória e Rodrigo Garcia (PSDB) por Tarcísio de Freitas (Republicanos), José Luiz Datena (PSC) sofre pressão crescente da base bolsonarista, que não vê nele um conservador confiável.

CORO No sábado (9), Datena foi vaiado em um evento ao lado de Tarcísio em São José do Rio Preto (SP). Um dos que as estimularam foi o presidente do PTB-SP, Otávio Fakhoury. Nesta segunda (11), um texto sobre as vaíes foi compartilhado pelo ex-ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles (PL).

ELENÃO 1 Mulher do ex-deputado federal Roberto Jefferson, que está em prisão domiciliar, Ana Jefferson disparou mensagem para dirigentes e pré-candidatos do PTB dizendo que a legenda não fará coligação com o PL em nenhum estado, embora apoie a reeleição de Jair Bolsonaro.

ELE NÃO 2 "Não apoiaremos senadores e governadores filiados ao PL, partido do centrão mensaleiro, que fez tudo para nos prejudicar. Escreveremos nos Bolsonaro em nossa propaganda, não escreveremos 22 [número do PL]", disse ela. Jefferson e Valdemar da Costa Neto, presidente do PL, são inimigos desde o mensalão.

TRICÓ Ex-presidente da Câmara e coordenador do programa de governo de João Dória (PSDB), Rodrigo Maia reuniu-se com representantes do Prerrogativas, que participou da formação da chapa Lula-Alckmin. "A ideia é tentar, pelo menos no segundo turno, costurar uma frente ampla que nos livre de Bolsonaro", disse o coordenador do grupo, Marco Aurélio de Carvalho.

com Guilherme Seto e Juliana Braga

GRUPO FOLHA

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

Redação São Paulo
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222
Ombudsman: ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000
Atendimento ao assinante: (11) 3224-3090 | 0800-775-8080
Assine a Folha: assine.folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL	Digital Ilimitado	Digital Premium
DO 1º AO 3º MES	R\$ 1,90	R\$ 1,90
DO 4º AO 12º MES	R\$ 9,90	R\$ 9,90
A PARTIR DO 13º MES	R\$ 29,90	R\$ 39,90

EDIÇÃO IMPRESSA	Venda avulsa	Assinatura semestral*
MG, PR, RJ, SP	seg, 5	R\$ 8,27,90
DF, SC	dom, 5	R\$ 10,44,90
ES, GO, MT, MS, RS	seg, 6	R\$ 8,50
AL, BA, PE, SE	seg, 9,25	R\$ 11
Outros estados	seg, 10	R\$ 11,50
	dom, 11,50	R\$ 1.764,90

*A vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

CIRCULAÇÃO DIÁRIA (IVC)
361.387 exemplares (fevereiro de 2022)

Empreiteira que usa firma de fachada fez reuniões com ministro e Alcolumbre

Engefort teve também ao menos 19 agendas com dirigentes da Codevasf, comandada pelo centrão; estatal nega irregularidades

Mateus Vargas e Flávio Ferreira

BRASÍLIA E SÃO PAULO A empreiteira que tem dominado licitações de pavimentação no governo Bolsonaro, muitas vezes participando sozinha ou na companhia de uma empresa de fachada, fez reuniões sem registro em atas com o então titular do Ministério do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, e o ex-presidente do Senado Davi Alcolumbre (DEM-AP).

A Engefort, construtora com sede em Imperatriz, sul do Maranhão, explodiu em verbas na atual gestão e sob Bolsonaro fuge de sua tradição ao obter também contratos para asfaltamento longe de sua base.

Até agora, o governo reservou cerca de R\$ 620 milhões do Orçamento para a empresa — o valor total já pago soma R\$ 84,6 milhões. Apesar do volume a empresa é uma caixa-preta e silencia sobre seus contratos e a firma de fachada usada nas concorrências.

Sua fonte de recursos são contratos com a Codevasf, estatal federal entregue por Bolsonaro ao centrão em troca de apoio, e verbas das emendas parlamentares, ampliadas no esquema do toma-lá dá cá pelo Congresso no atual governo.

As agendas oficiais da Codevasf mostram 19 encontros de representantes da Engefort com dirigentes da estatal.

Em 28 de janeiro de 2022, o então ministro Rogério Marinho (PL-RN) estava de férias, mas se encontrou com o presidente da Codevasf, Marcelo Moreira, e com Fernando Teles Antunes Neto, gerente comercial da Engefort. Moreira ainda recebeu, no dia 22 de setembro de 2021, o senador Alcolumbre e Antunes Neto.

Os registros do tema das conversas, da lista de presença e dos documentos de agenda mostram reuniões não existentes segundo a Codevasf, após questionamento da Folha via Lei de Acesso à Informação.

Pelo mesmo canal, o ministério afirmou que Marinho, de férias, esteve em Brasília após ser convocado para uma reunião com Ciro Nogueira (Casa Civil).

"Momentos antes da audiência no Palácio do Planalto, recebeu representantes da empresa Engefort, vencedora da licitação de obras nos Estados de Amapá-AP, Bahia-BA, Ceará-CE, Minas Gerais-MG, Paraíba-PB, Rio Grande do Norte-RN e Sergipe-SE", disse o ministério.

"A audiência foi acompanhada pelo presidente da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Paraíba — Codevasf, Marcelo Moreira, e contou com a participação de Fernando Teles, Diretor da Engefort, e de Eduardo Almeida, Gestor Técnico da Engefort", afirmou.

O encontro não foi divulgado na agenda do ministro. A pasta disse que a página na internet que mostra o compromisso de Marinho já estava programada para informar apenas que ele estava de férias.

Em nota, a Codevasf disse que a reunião com Rogério Marinho "serviu para orientação de que houvesse observância de prazos contratuais na execução de obras".

Cerca de dois meses depois da reunião com o presidente da Codevasf e Alcolumbre, em dezembro de 2021, a Engefort teve a companhia de uma empresa que a Folha descobriu ser de fachada em uma licita-



Bolsonaro e Rogério Marinho no Palácio do Planalto. Raul Spinasse - 22.mar.21/Folhapress

“Está na ficha cadastral aqui da Del mesmo, mas ela também faz parte da Engefort. São dos mesmos donos, na verdade, da mesma família. Associaram esse número à Del. Você quer falar com a Del ou com a Engefort? Pessoa que atendeu ligação da reportagem ao número da Del Codevasf indicado no Portal da Transparência do governo federal. Ela afirmou que a ligação havia caído na Engefort.”

ção para pavimentação da Codevasf no Amapá.

A Folha questionou na semana passada e nesta segunda-feira (11) a assessoria de Alcolumbre sobre o tema da reunião com a Engefort, mas não recebeu resposta.

Nessa concorrência, realizada na forma de pregão eletrônico, as duas únicas empresas participantes foram a Engefort e a Del Construtora Ltda., que está registrada nomeadamente de um dos irmãos dos sócios da líder Engefort.

Esse pregão levou à assinatura de um contrato no valor de R\$ 62,5 milhões para pavimentação no Amapá.

Na documentação apresentada pela Engefort para a disputa, constam como sócios da empresa Carlos Eduardo Del Castilho e Carla Cristiane Del Castilho.

Segundo a ata do pregão, a Del chegou a enviar um link para acesso à sua documentação, porém a pasta estava vazia. Se a firma tivesse apresentado os papéis, teria sido possível verificar que o sócio administrador da Del é Antônio Carlos Del Castilho Júnior, irmão dos sócios da Engefort.

A falta da documentação levou a Del a ser desclassificada, e a Engefort ganhou o contrato também praticamente pelo valor cheio.

Em 2020 o presidente Bolsonaro fez um aceno justamente a Marinho e Alcolumbre e sancionou o projeto de lei que amplia a área de atuação da Codevasf, contemplando os políticos pela mudança.

O site da Codevasf ainda registra uma reunião em julho de 2020 entre o então chefe da 8ª superintendência da estatal, João Francisco Braga, com Newton Ramada, representante da Engefort, e Juscelino Filho, ex-prefeito do município de Vitorino Freire.

Este registro, porém, é dubio, pois o deputado Juscelino Filho (União-MA) não foi prefeito da cidade, cargo que foi exercido apenas por Juscelino Rezende, pai do parlamentar.

A Codevasf e a assessoria do deputado não explicaram quem esteve na reunião e qual foi a pauta do encontro.

Cerca de R\$ 25 milhões foram empenhados para obras apontadas pelo deputado Juscelino Filho, que é vice-líder de seu partido na Câmara dos Deputados. Isso não significa que os parlamentares direcionaram a contratação da empresa.

Em Imperatriz, a principal obra feita pela Engefort foi um anel viário, a partir de emenda de Juscelino Filho. Como mostrou a Folha, a via tem menos de dois anos, já teve de passar por reforma e apresenta buracos enormes que colocam em risco a segurança de condutores e moradores.

A Folha esteve em Imperatriz no início deste mês. A primeira tentativa de contato com representantes da Del ocorreu no endereço indicado nos registros públicos da companhia, no povoado de Lagoa Verde. A reportagem constatou que o endereço indicado não existe.

"Eu nasci aqui na rua e nunca tive nada de construtora por aqui", afirmou o marceneiro Guilherme Santos Reis, 24.

A reportagem também telefonou para o número da Del Construtora indicado no Portal da Transparência do governo federal. A atendente afirmou que a ligação havia caído na Engefort.

Indagada, ela respondeu: "Está na ficha cadastral aqui da Del mesmo, mas ela também faz parte da Engefort. São dos mesmos donos, na verdade, da mesma família. Associaram esse número à Del. Você quer falar com a Del ou com a Engefort?"

A reportagem pediu o contato de algum representante das empresas, mas nunca houve retorno.

Fernando Teles Antunes Neto, gerente comercial da Engefort, é neto de um ex-secretário estadual no governo Jackson Lago (2007-2009), que também foi presidente do diretório municipal do PDT de Imperatriz e presidente de um comitê criado para promover a proposta da criação de um novo estado, o Maranhão do Sul, a partir da separação da região sul do estado.

Em nota, a Codevasf disse à Folha que as reuniões trataram "de temas de interesse institucional e de projetos de desenvolvimento regional". "Não há registros de atas dos compromissos indicados na demanda", disse a estatal.



Menino trabalha em colheita de cacau de propriedade familiar no município de Medicilândia, no Pará Tatiana Cardasi / Papai Social

Codevasf incha com emendas, lucra com taxa e perde foco

Estatual dedicada a irrigação retém 4,5% de verba e passa a fazer asfaltamento

Uma torrente de emendas parlamentares levou a estatal federal Codevasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba) a mudar seu foco de projetos de irrigação no semiárido para obras de pavimentação até em regiões metropolitanas.

Documentos da empresa e órgãos de fiscalização indicam expansão desordenada e com controle precário de gastos, enquanto visitas a cidades de Maranhão, Pernambuco e Alagoas expõem a má qualidade dos serviços executados, relatam Mateus Vargas e Flávio Ferreira.

A empresa, cuja atuação foi de 1.641 para 2.675 municípios sob o governo de Jair Bolsonaro, cobra uma taxa administrativa de 4,5% do valor dos repasses, que afirma usar em "serviços de operacionalização e em atividades de fiscalização associados à execução das emendas".

O valor empenhado para a estatal saltou de R\$ 1,3 bilhão para R\$ 3,4 bilhões. Em seu plano de negócios de 2021, porém, a Codevasf diz que o maior fluxo somado à redução da verba ordinária dificultam "o planejamento e o monitoramento" das ações e afetam resultados. **Política A1**

Trabalho infantil no país pode ser 7 vezes maior

O número de jovens brasileiros de 7 a 14 anos que exerce algum tipo de trabalho infantil pode ser cerca de sete vezes maior do que aquele apontado pelas estatísticas oficiais, de acordo com um estudo inédito que mediu a subnotificação do trabalho na infância. Esse é um problema que compromete tanto a fiscalização quanto a formulação de políticas públicas. **Mercado A12**

Inflação nos EUA tem maior marca em mais de 41 anos

Mercado A16

Em acampamento indígena, Lula propõe ministério

Em visita ao Acampamento Terra Livre, que reúne populações tradicionais, o ex-presidente Lula fez um mea culpa sobre o que deixou de ser feito pelos indígenas em seu governo e lhes prometeu criar um ministério para suas causas se for eleito. **Política A6**

Marcelo Coelho Aborto e o medo de perder voto

Na esfera pública, aceita-se as proibições do Antigo Testamento; na vida real, o bom senso sugere que não faz sentido ter cinco filhos sem condição de lhes dar alimento. Consolida-se um tabu, proibindo até que um político toque no tema com clareza. **Ilustrada C8**

Documento liga abusos a mineração em terra yanomami

Um novo relatório produzido por associações sobre a destruição provocada pela garimpo dentro da terra indígena yanomami aponta casos de abusos sexuais, assédios e oferta de bebida alcoólica, além do aumento de desmatamento da Amazônia. **Ambiente B4**

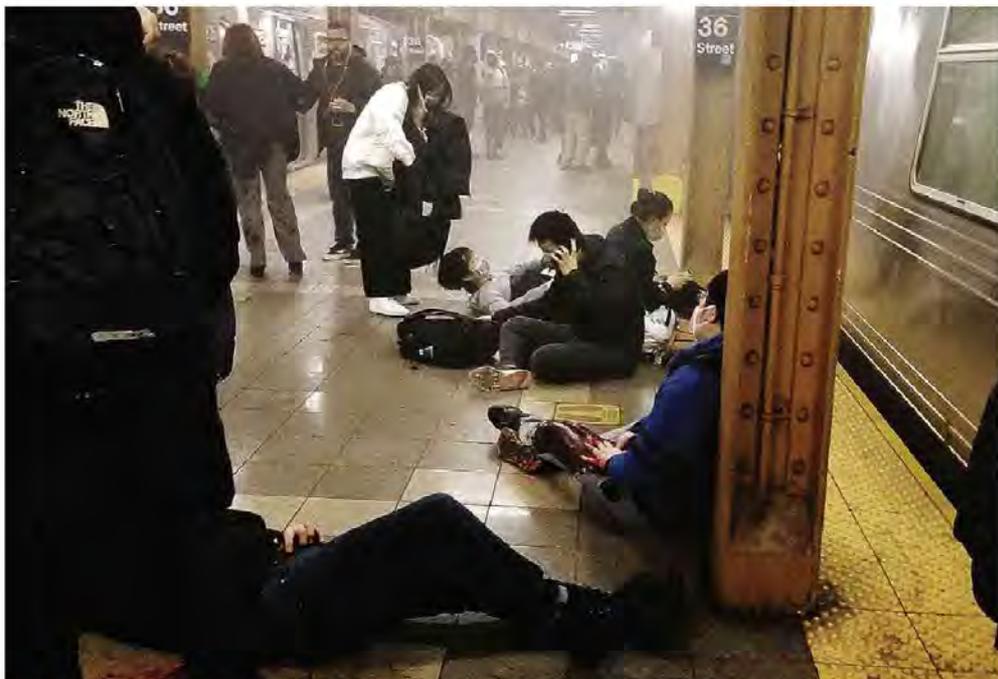
Ataque a tiros no metrô de Nova York deixa 23 feridos

At least dez pessoas foram baleadas e outras 13 também ficaram feridas após um ataque a tiros ontem em uma estação de metrô da região do Brooklyn, em Nova York. Segundo a governadora de NY, Kathy Hochul, a ação não é investigada como terrorismo.

O suspeito, que estaria usando máscara de gás e vestindo colete verde, não havia sido localizado até a conclusão desta edição. Cinco dos feridos estavam em estado grave, mas estável, de acordo com a polícia. Nenhum deles corria risco de morte. **Mundo A9**

Maioria é contra Carnaval fora de época em SP e RJ

Adiado para abril, o Carnaval enfrenta baixa popularidade, indica o Datafolha. Só 17% dos entrevistados pelo instituto no estado de São Paulo apoiam a realização da festa entre os dias 20 e 23 deste mês. Já no Rio de Janeiro, esse número é 26%. **Cotidiano B1**



Pessoas feridas em plataforma da estação de metrô Rua 36, na região do Brooklyn, em Nova York, após ataque a tiros na manhã de ontem Armen Armesian via Reuters

PCC controla crime de Pix em SP, afirma polícia
A Polícia Civil apura grupo comandado pelo PCC especializado em furto e roubo de celulares para invadir contas e fazer Pix, além de "exportar" aparelhos. Sua base é na região da avenida Paulista. **B2**

Capital paulista terá temperatura baixa na Páscoa e em Tiradentes

Cotidiano B1

ATMOSFERA

São Paulo hoje



Fonte: www.climatempo.com.br

EDITORIAIS A2

Túnel para o cofre
Sobre despesas nebulosas na Codevasf e no FNDE.

As cartas de Putin
Acerca de popularidade e estratégia do autocrata.

Mercado A20
Na mira do fisco, Shopee atinge 2 mi de vendedores locais e se diz brasileira

Esporte B7
Novamente no caminho do Brasil na Copa, Suíça foge dos estereótipos

Ilustrada C1
Dona Ivone Lara, 100
Cantora, que faria um século, levou décadas de trabalho na saúde mental para sua obra

Ilustrada C4
Gil e Fernanda Montenegro poupam R\$ 50 mil ao trocar alfaiate da ABL

política

PAINEL

Fábio Zanini
painel@grupofolha.com.br

Matemática

Aliados da pré-candidata Simone Tebet (MS) dizem que, apesar do poder de atração de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sobre lideranças do MDB, a maior parte do partido segue fiel à senadora. Segundo eles, os estados do Nordeste, lulistas, fazem barulho, mas têm pouco poder de fogo interno. Dos 37 deputados federais emedebistas, por exemplo, apenas 7 são nordestinos — e destes, 2 são antipetistas. Essa correlação de forças deve se reproduzir na convenção da legenda.

VERNIZ 1 Em um encontro na segunda-feira (11), o ex-presidente Michel Temer sugeriu a Simone Tebet focar o seu discurso nas áreas ligadas a desenvolvimento humano, com uma versão social do Projeto de Lei para o Futuro, documento lançado pelo MDB às vésperas do impeachment de Dilma Rousseff (PT).

VERNIZ 2 O ex-presidente disse ser necessário deixar de lado, por ora, as questões econômicas e fiscais, porque esse papel já foi desenvolvido pela instituição do teto de gastos e pela aprovação da reforma da Previdência.

PRENSA Dirigentes do PSDB na cidade de São Paulo questionaram nesta segunda-feira (11) o prefeito da capital, Ricardo Nunes (MDB), a respeito do que veem como perda do espaço do partido na administração desde a morte de Bruno Covas, em meio do ano passado.

VEJABEM Oslucanos, liderados pelo presidente do diretório paulistano, Fernando Alfredo, foram a Nunes entregar convite para evento em homenagem a Covas e aproveitaram para dizer que raramente são ouvidos sobre os rumos da gestão. O prefeito respondeu que o PSDB mantém espaço significativo na administração.

RACHA 1 Em reunião na segunda-feira (11) em São Paulo, o grupo de membros do PSDB que apoia a pré-candidatura de Eduardo Leite (PSDB-RS) à Presidência da República pelo partido lançou o nome de José Aníbal, ex-presidente da sigla, para disputar o Senado em 2022.

RACHA 2 A ideia é que ele seja um representante do grupo "Raiz Social Democrata", que se propõe a recuperar as tradições do PSDB — que, na visão deles, têm sido deturpadas pelo ex-governador de SP João Dória (PSDB).

TORCIDAS Manifestantes de esquerda fizeram protesto contra o ex-ministro Sérgio Moro (União Brasil), que participou do Fórum da Liberdade, em Porto Alegre (RS). Eles invadiram o local gritando "Juiz ladrão, porraça e solução". Em resposta, apoiadores de Moro responderam com "Lula ladrão, seu lugar é na prisão". Não houve violência física entre os grupos.

com Guilherme Seto e Juliana Braga

GRUPO FOLHA

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

Redação São Paulo
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222
Ombudsman ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000
Atendimento ao assinante (11) 3224-3090 | 0800-775-8080
Assine a Folha assine.folha.com.br | 0800-015-8000

Edição Digital	Digital Ilimitado	Digital Premium
DO 1º AO 31º MES	R\$ 1,90	R\$ 1,90
DO 1º AO 12º MES	R\$ 9,90	R\$ 9,90
A PARTIR DO 13º MES	R\$ 29,90	R\$ 39,90

Edição Impressa	Venda avulsa	Assinatura semestral*
MG, PR, RJ, SP	seg. a sáb. dom.	Todos os dias
DF, SC	R\$ 5	R\$ 8,27,90
ES, GO, MT, MS, RS	R\$ 5,50	R\$ 10,44,90
AL, BA, PE, SE	R\$ 6	R\$ 13,18,90
Outros estados	R\$ 6,50	R\$ 14,20,90
	R\$ 7,25	R\$ 11,50
	R\$ 10	R\$ 1,764,90

*A vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

CIRCULAÇÃO DIÁRIA (IVC)
361.387 exemplares (fevereiro de 2022)

Codevasf avança sem controle sob Bolsonaro e lucra com taxa por emenda

Estatal ligada ao Ministério do Desenvolvimento Regional expande atuação com verba de negociação política, mas entrega obras precárias

Mateus Vargas e Flávio Ferreira

BRASÍLIA E SÃO PAULO Turbinada por bilhões de reais em emendas parlamentares no governo Jair Bolsonaro (PL), a Codevasf mudou sua vocação histórica de promover projetos de irrigação no semiárido para se transformar em uma estatal entregadora de obras de pavimentação e máquinas até em regiões metropolitanas.

Tal expansão de atividades ocorre sem planejamento e com controle precário de gastos, segundo órgãos de fiscalização e documentos da própria estatal, a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba. De 2018 a 2021, o valor empenhado (reservado no orçamento para pagamentos) pela estatal avançou de R\$ 1,3 bilhão para R\$ 3,4 bilhões, a reboque das emendas parlamentares, que saltaram de R\$ 322 milhões para R\$ 2,1 bilhões no mesmo período.

Apesar desse novo patamar de recursos, as obras da companhia têm uma realidade de execuções precárias, como mostrou a Folha ao visitar cidades de Maranhão, Pernambuco e Alagoas.

Relatório da CGU (Controladoria-Geral da União) divulgado neste mês ainda aponta que a Codevasf não tem informações prévias sobre as necessidades de pavimentação e de entregas de máquinas, ações que se tornaram uma nova vocação da estatal. Os auditores da CGU também afirmam que a Codevasf gerou cerca de R\$ 4 bilhões em 2020 e 2021 apenas neste tipo de entrega, somando recursos próprios e transferências feitas pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, sem controle rígido.

"Essa a ordem de grandeza dos recursos públicos investidos nos quais não se conta com dados objetivos de monitoramento e de avaliação", afirma o relatório.

Com a explosão da verba indicada pelo Congresso, a Codevasf também retém mais recursos de "taxa administrativa". A empresa fica com 4,5% do valor das emendas. Mas a própria Codevasf aponta que o reforço no orçamento bancou a gestão da empresa. No plano anual de negócios de 2021, a companhia afirma que o salto das emendas somado à redução de verba ordinária do órgão "têm dificultado o planejamento e o monitoramento das ações da empresa, impactando em seus resultados".

Antes voltada para o atendimento de estados nordestinos e de Minas Gerais, principalmente a região do semiárido banhada pelo Rio São Francisco, a Codevasf hoje alcança também regiões litorâneas e amazônicas.

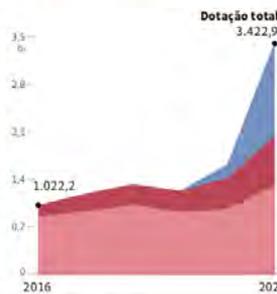
Sob Bolsonaro, a estatal cresceu 63% no número de municípios atendidos, passando de 1.641 em 2018, na gestão de Michel Temer, para 2.675 a partir de lei de 2020, que adicionou inclusive o estado do Amapá área de atuação. Hoje estão sob sua abrangência 15 estados e o Distrito Federal.

Comparando despesas de 2018 e 2021, sem considerar gastos obrigatórios da companhia, como da folha salarial, a estatal pouco avançou nas ações carimbadas como de "recursos hídricos". Neste período, o valor anual empenhado foi de R\$ 153,5 milhões

Estatal das emendas fecha balanço sem valor de obras comprovado

Verba da Codevasf
Em R\$ milhões*

■ Dotação de emendas de relator
■ Dotação orçamentária (exceto emendas)
■ Dotação de emendas individuais, de bancada e de comissão



Atuação da Codevasf



PROCURADORIA RECEBE PEDIDO PARA INVESTIGAR BOLSONARO, CODEVASF E EMPREENHEIRA

A bancada do PSOL na Câmara pediu nesta terça (12) para o MPF (Ministério Público Federal) adotar medidas para apurar se há irregularidades em licitações realizadas pela Codevasf

venciadas pela empreiteira Engenfort. A representação do partido

pede para a PGR (Procuradoria-Geral da República) e a Procuradoria da República

do DF avaliarem se cabem providências administrativas, civis ou penais contra

Jair Bolsonaro (PL), Rogério Marinho (PL), ex-ministro do Desenvolvimento

Regional; Marcelo Moreira, presidente da Codevasf, e os sócios da Engenfort.

para R\$ 181,7 milhões.

Já as despesas de "desenvolvimento regional, territorial e urbano", que incluem obras de pavimentação de estradas e entrega de maquinário, explodiram em quatro anos, de R\$ 394 milhões para R\$ 2,6 bilhões empenhados em cada orçamento.

A estatal é comandada pelo engenheiro Marcelo Andrade, um indicado do DEM, atual União Brasil. A maior parte do valor das emendas destinadas à estatal é do tipo "RPB", as emendas de relator.

Esta fatia do orçamento supera R\$ 16 bilhões em 2022 e não tem cota definida para cada parlamentar. A verba é usada para irrigar redutos eleitorais de membros da base do governo e está no centro das suspeitas de corrupção.

O relatório da CGU se debruça, entre outros temas, na explosão de contratos de pavimentação e de compras de maquinários puxados por essas emendas parlamentares.

Os auditores apontam que o Ministério do Desenvolvimento Regional não indica ao Congresso Nacional "as prioridades para investimentos" e que a Codevasf, subordinada aos órgãos de fiscalização e controle, para continuar o aperfeiçoamento de procedimentos.

A empresa pública também disse que as nomeações aos cargos da companhia observam requisitos da lei 13.705/2016, que trata das estatais.

na companhia de uma empresa de fachada registrada em nome do irmão de seus sócios.

A estatal nega que a Engenfort tenha participado sozinho de pregões, porém isso ocorreu em dez lotes de Minas Gerais em 2021.

Em Imperatriz (MA), sede da Engenfort, a principal obra feita pela empreiteira com recursos da Codevasf tem menos de dois anos e buracos enormes, apesar de ter passado por reforma.

Em 2021, a Folha mostrou que uma obra da Codevasf na região de Petrolina (PE) é chamada de farofa ou Sonriçal, em referência ao esfarelamento do pavimento.

A expansão da Codevasf foi possível por dobradinha de Bolsonaro com líderes do centro. O primo do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), foi escalado para comandar a superintendência da estatal em Alagoas, por exemplo.

Em 2020, o presidente fez aceno ao então ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho (PL, RN), e ao então presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), ao sancionar o projeto que mudou a atuação da estatal.

Os estados de Maranhão e Alagoas foram contemplados. Ambos tiveram reuniões na Codevasf com representantes da Engenfort sem registro das conversas em ata.

A companhia disse, em nota, que os encontros trataram de temas de interesse institucional e de obras da empresa.

Desde a criação das emendas de relator, que passaram a valer no Orçamento de 2020, as definições dos empenhos da Codevasf ocorrem nos últimos dias de cada ano, deixando para o Orçamento seguinte um bolo cada vez maior de "restos a pagar".

Ou seja, a empresa tem um volume cada vez maior de empenhos que devem ser quitados mais para frente. Em 2021 havia R\$ 1,5 bilhão inscrito em restos a pagar, valor que saltou a R\$ 3,6 bilhões no ano seguinte.

Em nota, a empresa afirmou que essa taxa por cada emenda parlamentar é usada "em serviços de operacionalização e em atividades de fiscalização associadas à execução das emendas, para cobertura de custos diretos e indiretos".

A empresa também disse que a dedução está prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias, mas não explicou como fixou o percentual cobrado. "Os recursos são necessários para que a companhia tenha meios de realizar as ações e assegure eficiência à implantação de projetos de desenvolvimento regional".

A Codevasf ainda afirma que tem sólida estrutura de governança e que atua em "permanente cooperação com órgãos de fiscalização e controle, para continuar o aperfeiçoamento de procedimentos".

A empresa pública também disse que as nomeações aos cargos da companhia observam requisitos da lei 13.705/2016, que trata das estatais.

"A diretoria da Empresa é composta por profissionais com qualificação e experiência cujos nomes são aprovados pela instância de nomeação e destituição, que é o Conselho de Administração. A execução de emendas ao Orçamento atende parlamentares de filiações partidárias diversas", disse a companhia.

FOLHA DE S. PAULO

DESDE 1921 ★★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

ANO 102 * Nº 33.983

SEGUNDA-FEIRA, 18 DE ABRIL DE 2022

R\$ 5,00

Queiroga anuncia fim de emergência sanitária

O ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, anunciou ontem, em cadeia de rádio e TV, que o governo irá publicar nos próximos dias ato normativo colocando fim na emergência sanitária da Covid. Em sua fala, ele destacou investimentos federais na pandemia e prestou solidariedade às vítimas. Saúde B1

ENTREVISTA DA 2ª

Carlos Dada

Líder de El Salvador busca silenciar os contrapesos

Diretor do jornal digital El Faro, referência de jornalismo investigativo no país, Carlos Dada critica lei que impõe censura em assuntos ligados a gangues. " [O presidente Nayib] Bukele está obcecado em silenciar os poucos contrapesos que restam", afirma. A10



Rua em Araguatins, no Tocantins; cidade recebeu obras de pavimentação da Codevasf há cerca de seis meses e ainda enfrenta problemas Adriano Viana/Folhapress

Rússia dá ultimato em Mariupol, e ucranianos resistem

A Rússia deu um ultimato aos ucranianos para depor as armas neste domingo (17) em Mariupol, no sudeste do país, e afirmou que quem permanecer no local será "eliminado". Combatentes ucranianos seguem na região, sem sinal de rendição. Mundo A8

Áudios apontam casos de tortura na ditadura militar

Áudios de sessões do Superior Tribunal Militar apontam denúncias de tortura durante o período da ditadura militar (1964-1985), de acordo com trabalho de Carlos Fico, professor de história do Brasil da UFRJ que teve acesso a cerca de 10 mil horas de registros feitos entre 1975 e 1985. Política A6

A pandemia em 17.abr

Dados das 20h

População vacinada no Brasil
1º ciclo vacinal completo (dose única ou 2ª dose) **75,7%**

Óbitos
Média móvel **100** em 24 h
-47,7%
Total 662.011

*Variação em relação a 14 dias

EDITORIAIS A2

Olhar para a frente
Sobre ofensiva do PT contra a reforma trabalhista.

IR na mira

Acerca de correção da tabela para pessoas físicas.

ISSN 1814-5711 33983
9 771414 572025



Ane Souza/Folhapress

TAPETES COBREM RUAS DE OURO PRETO

Tradicionais decorações religiosas feitas com serragem estenderam-se pelo centro histórico da cidade mineira na Páscoa

Ilustrada C1

Entenda o que é o 'kidcore', moda infantilizada com adeptos no BBB 22

Mônica Bergamo C2

Divórcios, agora online, bateram recorde no Brasil no ano passado

Codevasf tem obra parada e indícios de fraude em série

Estatal federal foi entregue por Bolsonaro a partidos do centrão e usada para escoar emendas parlamentares

O afrouxamento de licitações na Codevasf para escoar emendas parlamentares no governo Bolsonaro resultou em obras precárias, paralisadas e superfaturadas.

A estatal federal cresceu em contratos e expandiu a sua área de atuação, sem planejamento e com controle precário de gastos.

A Codevasf foi usada para escoar a verba recorde das emendas, distribuídas a deputados e senadores que dão sustentação ao governo no Congresso Nacional. Esse fluxo ocorre por meio de uma manobra licitatória que deixa em segundo plano o planejamento, a qualidade e a fiscalização.

A reportagem da Folha flagrou problemas em contratações da estatal federal em Tocantins, Pernambuco e Alagoas. Há trabalhos parados, reaparelamento de pista entregue com asfalto "moevado", asfaltamento precário que expõe motoristas ao risco de acidentes e indícios de fraudes. Política A4

Distribuidoras pedem bilhões que aliviariam conta

Distribuidoras de energia reivindicam parte dos R\$ 60 bilhões em créditos tributários que poderiam aliviar a conta de luz dos brasileiros. Elas argumentam que sustentaram a batalha jurídica que garantiu esse dinheiro. Estimativas apontam que as distribuidoras querem um terço dessa soma. Mercado A11

Maior preço em 100 anos encerra era da comida barata

Série histórica do preço de alimentos no mundo, feita pelo FMI, aponta recorde em cem anos. A inflação da comida cresceu com a Covid e a guerra da Ucrânia.

Mas há também fatores estruturais, como o aumento da renda na Ásia e na África, e as mudanças climáticas, que tornam as safras imprevisíveis. Mercado A14

Saque de até R\$ 1.000 do FGTS começa na quarta

Marcos de Vasconcellos
Quem apostou nos bancos agora colhe os louros

A lógica do mercado é clara: quando se aumentam os juros, os bancos saem ganhando. Os donos do dinheiro vão cobrar mais pelos empréstimos e lucrar mais no caminho. Foi assim no Brasil. Mercado A20

Carnaval atípico alivia comércio no Rio e estende alta temporada de hotel
Mercado A12

Ida de Bolsonaro à Vila Belmiro causa controvérsia e vaias em Santos
Esporte B5

política

PAINEL

Fábio Zanini

painel@grupofolha.com.br

Recado

O Supremo Tribunal Federal deve formar maioria já nesta semana contra o deputado Daniel Silveira (PTB-RJ). Há expectativa de que o ministro André Mendonça peçavista, interrompendo o julgamento desta quarta-feira (20). Neste caso, os demais integrantes devem antecipar os votos para deixar claro o apoio da maioria a Alexandre de Moraes. Pretende-se com isso encerrar o assunto e evitar que a indefinição deixe espaço para ataques tanto de deputados quanto do presidente Jair Bolsonaro.

RACHOU Será a primeira vez que o STF se debruçará no plenário sobre ameaças externas com os indicados por Bolsonaro: Mendonça e Kassio Nunes. Até então, os ministros se manifestavam de forma unânime para demonstrar unidade e força contra ameaças.

ROUPA SUJA O primeiro a votar será Moraes, que deve apresentar um voto bastante duro. Na sequência, será a vez do revisor, Kassio Nunes, cujo parecer deve ser mais brando. Já aí, interlocutores dos ministros avaliam haver a possibilidade de bate-boca.

FIQ DO... Quando presidia o Tribunal Superior Eleitoral, o ministro Luís Roberto Barroso recebeu diretamente do presidente do WhatsApp, Will Cathcart, a garantia de que não lançaria a ferramenta para grandes grupos antes do segundo turno das eleições.

...BIGODE A conversa aconteceu por chamada de vídeo. O tema, portanto, não foi formalizado no acordo assinado entre a Corte e a plataforma.

CERCO O procurador-geral da República, Augusto Aras, acompanhou de forma remota a operação de flagração para impedir a invasão de garimpeiros em uma terra indígena no Pará. Ele manteve contato com o presidente da Funai, Marcelo Xavier, a cada 30 minutos.

POP As centrais sindicais que rem reunir 100 mil pessoas no ato de 1º de Maio em São Paulo. O folheto de convocação omite a participação de políticos como o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva mas destaca shows de artistas como Daniela Mercury.

NEÓFITO Filho do ex-prefeito de São Paulo Bruno Covas, Tomás Covas retorna ao Brasil em julho de uma temporada de estudos nos EUA para se engajar na campanha eleitoral do PSDB. Ele deve participar de eventos em apoio ao presidente João Dória e ao governador Rodrigo Garcia.

VITRINE O ex-comentarista da Jovem Pan José Carlos Bernardi vai disputar o Senado pelo PTB de SP. O jornalista foi demitido em novembro, quando declarou que o Brasil deveria ter o mesmo êxito econômico da Alemanha se matasse judeus e se apropriasse do seu poder econômico.

TIMING 1 Presidente da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, André Ceciliano (PT) não foi ao aniversário do deputado Marcelo Freixo (PSB), seu virtual companheiro de chapa, na última quarta (13).

TIMING 2 Primeiro da linha sucessória do governo, Cecílino alegou que precisava viajar na ausência do governador Cláudio Castro, sob o risco de ficar inelegível neste ano. Mas Castro, adversário de Freixo, só deixou o Rio no sábado (16). Há quem veja no gesto um aceno ao governador.

DIVERSIDADE 1 O estatuto da federação que será formada entre PV, PC do B e PT prevê que 30% das vagas da coordenação da união de partidos serão ocupadas por mulheres.

DIVERSIDADE 2 Outros 20% serão reservados a cotas étnico-raciais. A presidente do PT, Gleisi Hoffmann, explica que a ideia foi reproduzir o que está definido na lei em relação a candidaturas.

com Guilherme Seto, Juliana Braga e Julia Chaib

Cláudio



GRUPO FOLHA

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

Redação São Paulo
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222
Ombudsman ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000
Atendimento ao assinante (11) 3224-3090 | 0800-775-8080
Assine a Folha assine.folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL	Digital Ilimitado	Digital Premium
DO 1º AO 31º MES	R\$ 1,90	R\$ 1,90
DO 4º AO 12º MES	R\$ 9,90	R\$ 9,90
A PARTIR DO 13º MES	R\$ 29,90	R\$ 39,90

EDIÇÃO IMPRESSA	Venda avulsa	Assinatura semestral*
MG, PB, RJ, SP	seg, a sáb. dom.	Todos os dias
DF, SC	R\$ 5	R\$ 8,27,90
ES, GO, MT, MS, RS	R\$ 5,50	R\$ 10,44,90
AL, BA, PE, SE	R\$ 6	R\$ 13,18,90
Outros estados	R\$ 9,25	R\$ 14,20,90
	R\$ 10	R\$ 11,50
		R\$ 17,64,90

*A vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

CIRCULAÇÃO DIÁRIA (VC)
361.387 exemplares (fevereiro de 2022)



Buraco em via recém asfaltada com verba da Condevasf em Araguatins (TO) Fotos Adriano Vizoni/Folhapress

Codevasf tem obra parada, asfalto 'movediço' e indícios de fraude em série

Obras de asfaltamento da estatal no Tocantins contêm trechos tão precários que expõem os motoristas ao risco de acidente

DELTA FOLHA

Flávio Ferreira, Mateus Vargas e Guilherme Garcia

ARAGUATINS (TO), BRÁSILIA E SÃO PAULO Licitações de pavimentação afrouxadas pela estatal federal Codevasf para escoar emendas parlamentares no governo Bolsonaro já resultam em obras precárias, paralisadas e superfaturadas.

A Codevasf, entregue por Jair Bolsonaro (PL) a partir do cenário em troca de apoio político, cresceu em contratos no atual governo e expandiu seu foco e sua área de atuação — tudo isso sem planejamento e com controle precário de gastos.

Ao mesmo tempo, a estatal se transformou num dos principais instrumentos para escoar a verba recorde das emendas, distribuídas a deputados e senadores, com base em critérios políticos e que dão sustentação ao governo no Congresso Nacional.

Esse fluxo de verbas e obras ocorre por meio de uma manobra licitatória que deixa em segundo plano o planejamento, a qualidade e a fiscalização, abrindo margem para serviços precários, desvios, superfaturamentos e corrupção.

A região norte do estado do Tocantins, conhecida como Bico do Papagaio, foi destinatária de contratos de pelo menos R\$ 11 milhões da Codevasf para pavimentação.

As obras na região contam com recursos de emenda parlamentar por indicação do senador Eduardo Gomes (PL-TO), na modalidade emenda de comissão, no caso a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado.

No município de Araguatins (a 620 km de Palmas), as obras de asfaltamento da estatal contêm trechos tão precários que expõem os motoristas ao risco de acidente.

Os moradores relatam que o pavimento aplicado há poucos meses amolece e afunda nos dias de muito calor.

Os moradores reclamam que o pavimento amolece em um trecho asfaltado pela empreiteira Construservice faz com que motociclistas caiam no chão ao estacionar seus veículos, uma vez que os pés das motos entram no asfalto, e eles perdem o equilíbrio. A comerciante Francielle Rodrigues, 30, que vende salgadinhos na via asfaltada pela Codevasf, conta que nos dias de altas temperaturas é comum ter que ajudar clientes a se levantarem quando eles resolvem parar suas motos próximas a sua mesa de quitutes.

“Esse asfalto não tem quatro meses e até hoje derruba moto. Quando esquenta ele amolece, e o pé da moto afunda”, diz.

Em razão dessa situação é possível ver pequenos furos ao longo das margens do asfalto em várias ruas, como se uma máquina tivesse picotado o pavimento em suas bordas.

“Quando passa caminhão pesado também afunda. Parece que o asfalto não endureceu direito”, diz o mecânico Gustavo Silva Rocha, 31.

Também no Bico do Papagaio, no município de São João do Tocantins (627 km de Palmas), há contratos de pavimentação do tipo blocos de concreto também a cargo da Construservice.

Os moradores de Macaúba reclamam que a obra na via de acesso ao povoado foi paralisada há mais de um mês, deixando grandes espaços entre os trechos já executados.

A estrada passa em frente à propriedade rural onde vive o vaqueiro Ronilson Rodrigues de Sá, 42. “Quando chove, a água que desce da parte alta estraga os pedaços que eles já fizeram”, afirma.

Em nota, a Construservice admitiu os problemas nos dois municípios do Tocantins e afirmou que eles serão resolvidos a partir de maio.

Já em contratos assinados pela Codevasf no estado de Alagoas em 2019 e 2020, fiscalizadores da CGU (Controladoria

“Esse asfalto não tem quatro meses e até hoje derruba moto. Quando esquenta ele amolece, e o pé da moto afunda”

Francielle Rodrigues comerciante de Araguatins (TO)

Geral da União) encontraram superfaturamentos, pagamentos indevidos, serviços em duplicidade e obras inacabadas.

O valor total das irregularidades somou R\$ 4,3 milhões. Algumas das vias examinadas estão em Barra de São Miguel, município no litoral alagoano que tem como prefeito Benedito de Lira (PP-AL), pai do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

Como a Folha mostrou em dezembro passado, Barra de São Miguel foi beneficiada com a destinação de R\$ 4,7 milhões em 2021 e de R\$ 5,8 milhões em 2020 por meio das chamadas emendas de relator.

Com apenas 8.400 habitantes, é o município alagoano que mais recebeu recursos deste tipo de emenda proporcionalmente à sua população.

Em Pernambuco, no primeiro ano do governo Bolsonaro, em 2019, uma concorrência de pavimentação destoeu do padrão em razão de a pregoeira (autoridade responsável pela disputa online) ter desclassificado 18 das 19 licitantes.

A única que sobrou no páreo, a Liga Engenharia Ltda, venceu com proposta mais cara para os cofres da Codevasf. Uma das desclassificadas recorreu ao TCU (Tribunal de Contas da União), que julgou as eliminações como irregulares.

Após o caso chegar ao tribunal de contas, a empreiteira deu um desconto no preço que levou a uma economia de R\$ 1,3 milhão para a estatal.

A Liga Engenharia tem como um de seus sócios Pedro Garcez de Souza, que é cunhado de um sobrinho do senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), ex-líder do governo Bolsonaro no Senado.

Em um relatório da CGU relativo a contratos de pavimentação em Pernambuco, os fiscais afirmaram que causava estranheza o fato de a Liga Engenharia somente participar de licitações promovidas pela Codevasf.

Continua na pág. A5



Continuação da pág. A4

"Tal preferência exclusiva pode indicar falha nos controles internos das licitações", segundo o levantamento da controladoria, em um capítulo em que relata a "ausência de procedimentos formais para coibir e identificar práticas ilegais entre as empresas participantes de pregões eletrônicos".

A Folha esteve em Petrolina (713 km de Recife) no fim do ano passado e encontrou pavimentação precária decorrente de um contrato da Codevasf abastecido com verbas destinadas pelo senador Bezerra Coelho, que ganhou até apelidos.

Obra federal é chamada de farofa ou Sonrisal, em referência ao esfarelamento dos trechos pavimentados, que derrete com o forte calor, gruda nos calçados dos moradores e, quando se quebra em pedaços, começa a esfalar.

A obra foi executada pela empresa maranhense Enciza Engenharia Civil Ltda.

Após a publicação da reportagem, o então prefeito de Petrolina, Miguel Coelho (União-PE), filho do senador, reconheceu a má qualidade da pavimentação e culpou a empreiteira do Maranhão pela precariedade do serviço. Agora Miguel Coelho é pré-candidato ao governo pernambucano.

Cómo mostrou a Folha na semana passada, a empreiteira Engelfort, que lidava com contratos recentes da Codevasf para pavimentação, ganhou diferentes licitações nas quais participou sozinha ou na companhia de uma empresa de fachada registrada em nome do irmão de seus sócios.

Em Imperatriz (MA), sede da Engelfort, a principal obra feita pela construtora com recursos de contrato com a Codevasf, um anel viário, tem menos de dois anos e buracos enormes, apesar de ter passado por uma reforma.

Empreiteira admite problema e diz que asfalto será reparado

OUTRO LADO

Em nota, a empreiteira Construservice reconheceu que o asfalto aplicado em Araguaínas (TO) tem baixa qualidade e se comprometeu a fazer correções no pavimento.

"A Construservice está ciente do problema relatado na cidade de Araguaínas (TO), tendo sido detectados pela equipe técnica e serão corrigidos com a remoção e substituição da camada de revestimento



O vaqueiro Ronilson Rodrigues de Sá em frente a obra parada da Construservice em Sítio Novo do Tocantins (TO)

asfáltico, com previsão de reinício das atividades a partir de maio de 2022, em virtude das fortes chuvas na região.

Também em nota, a Codevasf afirmou que, após recente ação de fiscalização, a empreiteira foi formalmente comunicada sobre a necessidade de correção em parte das obras em Araguaínas.

Quanto à paralisação das obras no povoado de Macaúba, em Sítio Novo do Tocantins, a Construservice também admitiu o fato, mas afirmou que a interrupção ocorreu em virtude da impossibilidade de prosseguimento das obras de terraplanagem devido às fortes chuvas na região, fato público e notório.

"O serviço será retomado a partir de maio de 2022, inclusive com recuperação do trecho danificado pelas fortes chuvas", relata a empresa.

Já a Codevasf tem explicação diferente, ao declarar que a obra foi paralisada "para avaliação da composição dos blocos de concreto empregados pela empresa contratada, que estavam sendo fabricados com seixo rolado, um agregado comum da região".

"A contratada apresentou ensaios e laudos relacionados à qualidade do material usado —esses laudos estão em avaliação pela Codevasf", completou.

Sobras irregulares encontradas em pavimentações em Alagoas, a Codevasf afir-

mou que "analisa e incorpora a seus procedimentos recomendações da CGU" e "encaminhamentos relacionados a emendas ao Orçamento são externos à companhia".

Quanto à concorrência vencida pela empresa Liga Engenharia, a Codevasf declarou que a empreiteira foi contratada após processo licitatório regular e a unidade técnica do TCU concluiu que não houve superfaturamento.

"Relações sociais ou familiares existentes entre sócios de empresas participantes de pregões e terceiros são desconhecidas e não integram o rol de critérios de classificação ou desclassificação", afirma.

Um acervo técnico apreendido pela Liga Engenharia mostrou a prestação de serviços para órgãos públicos no estado da Bahia, completo a estatal sobre o assunto.

Em relação ao asfalto "farofa" em Petrolina, a Codevasf relatou que uma inspeção verificou que o problema se deve à presença de um lençol freático raso, identificado após o período de chuvas.

"Seu rebaixamento forçado comprometeria estruturalmente as edificações da área. A Codevasf tem avaliado alternativas, como um programa de macrodrenagem da quadra em que a rua está localizada".

Procuradas pela reportagem por email e telefone, as empreiteiras Liga Engenharia e Enciza não se manifestaram.

Inquérito que trata de desvios no MA inclui senador bolsonarista

Lewandowski, do STF, ordenou apuração sobre Roberto Rocha a pedido da PGR; ele diz desconhecer investigação

Marcelo Rocha

BRASÍLIA. Ao mandar investigar políticos sob a suspeita de envolvimento no desvio de verbas de emendas parlamentares no Maranhão, o ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal, incluiu entre os alvos o corregedor do Senado, Roberto Rocha (PTB-MA).

O ministro se baseou em manifestação da Procuradoria-Geral da República, que defendeu a apuração após analisar informações encontradas com o grupo suspeito de operar o esquema e recuperadas pela Polícia Federal.

Os investigadores analisaram mensagens de WhatsApp. Nos diálogos, um dos suspeitos enviou tabelas e anotações com valores, nomes de pessoas e de municípios maranhenses. Um dos nomes foi o do corregedor do Senado.

No mês passado, fruto desse inquérito, a PF realizou uma operação de busca e apreensão que mirou apenas três deputados federais do PL, partido do presidente Jair Bolsonaro, incluindo Josimar Maranhãozinho, flagrado contando maços de dinheiro.

Por meio da assessoria de imprensa, Rocha afirmou à Folha que desconhece a investigação e que não foi procurado pela polícia decerto por ela ter concluído pelo seu não envolvimento. A polícia não se manifestou sobre a situação do senador.

Aliado de Bolsonaro, Rocha migrou recentemente do PSDB para o PTB, após negociação com o ex-deputado Roberto Jefferson.

De acordo com relatório de análise de material apreendido, Josival Cavalcanti da Silva, conhecido como Pacovan e apontado pela PF como agiota, enviou quatro imagens a Antônio José Silva Rocha, conhecido como Rocha Filho, em agosto de 2020. Os dados são investigados.

Uma das imagens é uma tabela identificada como "Roberto Rocha", com três colunas (data, cidade e valor). Aparecem digitados os nomes "Magla", "Bela Vista" e "Milagre do MA" ao lado de valores que somam R\$ 980 mil e uma única data (4/11/2019) em todas as situações. Há outros valores escritos à mão. De acordo com os policiais, são referências a municípios maranhenses.

Outra imagem trocada é a foto de um papel com "Rocha" na parte superior, seguido dos valores "R\$ 72.000,00", ao lado de "Milagre", e "R\$ 55.000,00", relacionado a "Barreirinhas". São anotações manuscritas. A PF suspeita se tratar de um acerto de contas do grupo.

Após a apreensão e análise dos documentos, a PF encaminhou as informações à 1ª Vara Federal do Maranhão, que remeteu o caso ao Supremo por envolver autoridades com foro.

O inquérito foi distribuído a Lewandowski por ser ele o relator de outra apuração sobre a conduta de Maranhãozinho. Em junho de 2021, por ordem do ministro, a PGR opinou sobre o caso.

"As investigações levadas a efeito no inquérito ora em análise indicam a existência de uma possível organização criminosa voltada para a compra de emendas parlamentares destinadas às ações de saúde nos municípios maranhenses", afirmou a Procuradoria.

Além de Maranhãozinho foram alvo Pastor Gil (PL-MA) e Bosco Costa (PL-SE). A PF chegou a pedir buscas nos gabinetes dos deputados na Câmara, mas o STF indeferiu.

ses", afirmou a Procuradoria.

Sobre o senador do PTB, disse a PGR, "acredita-se que as dívidas de Antônio José Silva Rocha (Rocha Filho) com Josival Cavalcanti da Silva (Pacovan) seriam quitadas por meio de recursos públicos repassados a municípios maranhenses, entre os quais Milagres do Maranhão e Barreirinhas, com a possível participação do senador Roberto Rocha".

A Procuradoria afirmou que os repasses e possível desvio de recursos aos municípios nos quais consta referência a Rocha ocorreram em 2019 e, portanto, presente "a temporalidade entre o mandato, ainda vigente, com a suposta negociação de compra de emendas parlamentares destinadas a municípios maranhenses".

Lewandowski seguiu o posicionamento da PGR. Determinou a abertura de inquérito e validou os atos decisórios da Justiça Federal do Maranhão.

Procurado pela Folha, o senador afirmou não tem conhecimento de investigação e tampouco foi procurado pela PF, segundo nota de sua assessoria.

"Até porque a PF deve ter feito a investigação e constatado que o senador Roberto Rocha não tem nenhum envolvimento com o fato investigado", disse o comunicado.

Rocha afirmou que conhece Pacovan "como um empresário do Maranhão, com quem não tem nem jamais teve qualquer relação comercial".

Quanto a Antônio José Silva Rocha, disse o senador, "acredita que seja o ex-prefeito da cidade de Água Doce do Maranhão, com quem não tem nenhum envolvimento político e nem mesmo relacionamento pessoal".

O parlamentar disse que, ao longo de quase oito anos de mandato, já enviou recursos por meio de emendas para quase a totalidade dos municípios do Maranhão.

No caso da recente operação contra três deputados, a PF cumpriu mandados de busca e apreensão em endereços residenciais e em empresas vinculadas a eles.

Além de Maranhãozinho foram alvo Pastor Gil (PL-MA) e Bosco Costa (PL-SE). A PF chegou a pedir buscas nos gabinetes dos deputados na Câmara, mas o STF indeferiu.

No caso deles, os investigadores contabilizam mais de R\$ 1,6 milhão em propina —R\$ 1,23 milhão (referente à parcela de 25% de R\$ 4,12 milhões em emendas de Bosco Costa), R\$ 375 mil (25% de R\$ 1,5 milhão em emendas de Maranhãozinho) e R\$ 262 mil (25% de R\$ 1,05 milhão em emendas de Pastor Gil).

Conforme mostrou a Folha, o esquema envolvia extorsão a prefeituras beneficiadas com o dinheiro do Orçamento viabilizado pelos deputados citados. Pacovan se encarregava das abordagens, segundo a polícia.

O desvio dos recursos ocorreria, diz o inquérito, por meio de contratos com empresas de fachada. A apuração indica que os valores eram repassados aos deputados.

Em uma rede social, Maranhãozinho afirmou que sua "vida política, pública, é regada pelo trabalho, competência e seriedade". Disse que sua casa foi alvo de nova busca da polícia e que segue "contribuindo e colaborando com todas as averiguações sem medo e sem restrição".

Pastor Gil, por sua vez, afirmou que jamais participou de algo que ferisse as leis, "seu querido povo" e seus princípios. Disse que seu papel na vida pública é pautado por "probidade, elevado interesse público e princípios cristãos". Bosco Costa não se manifestou sobre a operação.

“As investigações levadas a efeito no inquérito ora em análise indicam a existência de uma possível organização criminosa voltada para a compra de emendas parlamentares destinadas às ações de saúde nos municípios maranhenses

Procuradoria-Geral da República em manifestação sobre a investigação



Senador Roberto Rocha (PTB-MA) Gordon Wesley - 17/fev/22/Diálogo

política

PAINEL

Fábio Zanini

painel@grupofolha.com.br

Destino selado

Presidente da Câmara Municipal de SP, Milton Leite (União Brasil) diz que já há ampla maioria de vereadores para cassar Camilo Cristóforo (ex-PSB), que usa a expressão "coisa de preto" durante sessão na Casa. Ele acredita que o caso terá chegado a um desfecho até o final de junho, após votações na corregedoria e no plenário da Câmara. "A pena alternativa à cassação é pequena. Ele ofendeu a sociedade como um todo. Como negro que sou, quero que se cumpra a lei", afirma.

PRECEDENTE Vereadores dizem que o caso de Arthur do Val (União Brasil), que sofre processo de cassação na Assembleia por gravar áudios sexistas, deve pesar contra Cristóforo. A avaliação é de que poupar o vereador enquanto o ex-deputado é punido gera uma comparação desfavorável.

RAIZ Uma ala do PTB em SP trabalha para lançar o ex-secretário municipal de Esporte Bebeto Haddad candidato ao governo. Eles acreditam que Tarcísio de Freitas (Republicanos) está fazendo muitos acenos ao centro. Haddad poderia servir como outro palanque para Jair Bolsonaro (PL), mais identificado com a direita.

PORTAABERTA Embora tenha abandonado as conversas com os partidos de centro sobre candidatura única, a União Brasil vai abrir espaço para os antigos parceiros indicarem o vice na chapa do presidente da legenda, Luciano Bivar.

VENHA Segundo o líder do partido na Câmara, Elmar Nascimento (BA), a candidatura própria é irreversível. Para aumentar as chances de Bivar, dirigentes da sigla começarão agora o diálogo em busca de apoios.

NA ESTRADA O ministro da Infraestrutura, Marcelo Sampaio, embarca na próxima semana para Nova York em um rod show com investidores estrangeiros. O objetivo é sinalizar que o governo manteve o programa de concessões, mesmo com as trocas no ministério e a proximidade do calendário eleitoral. Entre os interlocutores, gigantes como a Global Infrastructure Partners (GIP), o fundo soberano de Cingapura GIC e o australiano Macquarie.

com Guilherme Seto e Juliana Braga

XERIFE Em mais um aceno às forças de segurança, o governador Rodrigo Garcia (PSDB) vai liberar o pagamento de dois bimestres de bônus represados a policiais civis, militares e técnico-científicos. Em 2021, ação similar distribuiu R\$ 175,6 milhões para 96 mil policiais, que receberam cerca de R\$ 1,826 referentes a um bimestre.

CHUMBO Garcia tem endurecido o discurso sobre segurança, área em que bolsionistas como Tarcísio de Freitas (Republicanos) têm força. Nesta quarta (4), disse que "bandido que levantar arma para a polícia vai levar bala da polícia".

FORA... O deputado federal Coronel Tadeu (PL-SP) defendeu que os militares interferiram na eleição caso o TSE não corrija "falhas" na votação eletrônica. "Eles têm de abrir essa caixa de Pandora", disse à rádio Jovem Pan de Baurax (SP) na sexta (29). "Senão deve haver interferência um pouco mais contundente das Forças Armadas".

...DAS 4 LINHAS Ao Painei Tadeu disse que se referia à participação dos militares na comissão criada pelo TSE para discutir o processo eleitoral.

BARRA PESADA O estudante Victor Carazzatto, 18, diz ter recebido ameaças de morte após ter viralizado um vídeo em que ele faz perguntas em tom crítico à deputada Carla Zambelli (PL-SP) durante ato no último domingo (1º). Ele registrou boletim de ocorrência.

VISITA À FOLHA Atila Roque, diretor da Fundação Ford no Brasil, esteve no jornal nesta quarta-feira (4). Acompanhado de Elaine Gaglianone, assessora de imprensa.

Cláudio



GRUPO FOLHA

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

Redação São Paulo

Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222

Ombudsman: ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000

Atendimento ao assinante: (11) 3224-3090 | 0800-775-8080

Assine a Folha: assine.folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL

DO 1º AO 31º MES
DO 1º AO 12º MES
A PARTIR DO 13º MES

Digital Ilimitado

R\$ 1,90
R\$ 9,90
R\$ 29,90

Digital Premium

R\$ 1,90
R\$ 9,90
R\$ 39,90

EDIÇÃO IMPRESSA

MG, PB, RJ, SP
DF, SC
ES, GO, MT, MS, RS
AL, BA, PE, SE
Outros estados

Venda à avulsa

seg. a sáb.
dom.
R\$ 5
R\$ 5,50
R\$ 6
R\$ 9,25
R\$ 10

dom.

R\$ 7
R\$ 8
R\$ 8,50
R\$ 11
R\$ 11,50

Assinatura semestral*

Todos os dias
R\$ 827,90
R\$ 1.044,90
R\$ 1.318,90
R\$ 1.420,90
R\$ 1.764,90

*A vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

CIRCULAÇÃO DIÁRIA (IVC)

357.813 exemplares (março de 2022)



Vice-campeã em obras da Codevasf cresce com sócio oculto sob Bolsonaro

Governo federal já reservou R\$ 140 milhões para a Construservice; estatal federal afirma que suas licitações seguem a lei vigente

Flávio Ferreira e Mateus Vargas

SÃO PAULO E BRASÍLIA A vice-líder em licitações da estatal federal Codevasf tem utilizado laranjas para participar de concorrências públicas na gestão do presidente Jair Bolsonaro (PL), candidato à reeleição e que repetiu o discurso de que não há casos de corrupção em sua gestão.

Trata-se de a construtora maranhense Construservice, com sede em Codô (a 300 km de São Luís). Desde 2019, o governo reservou a ela R\$ 140 milhões, tendo desembolsado R\$ 10 milhões disso até agora.

Todos os contratos da empreiteira e a administração federal foram firmados após 2019, ou seja, no governo Bolsonaro. A empresa também só recebeu recursos federais na atual gestão, segundo dados do Portal da Transparência.

As duas pessoas registradas oficialmente como donas da empresa são as mesmas que, em 2015, foram ouvidas em uma investigação policial e admitiram que foram chamadas para constar formalmente como sócias na construtora, embora não mantivessem nenhuma ligação pessoal ou empresarial entre elas.

Os convites, dizem os sócios-laranjas, partem de Eduardo José Barros Costa. Ele é sócio oculto da Construservice e é conhecido como Eduard Imperador ou Eduardo DP. Segundo apurações da Polícia Civil e do Ministério Público do Maranhão, Costa é suspeito de comandar uma quadrilha responsável por crimes em mais de 40 municípios, ao menos de 2009 a 2012, entre eles desvios de recursos de policiais relacionados a esses casos, mas segue em liberdade.

Ele não aparece nos registros da Construservice. Mas em pelo menos uma ação trabalhista a Justiça do Maranhão reconhece como sócio de fato da construtora.

Na agenda da Codevasf, há o registro de uma audiência de Eduardo Costa-Empresa Construservice com o presidente da estatal, Marcelo Moreira. Esse encontro ocorreu em 16 de dezembro de 2020.

A Codevasf não quis esclarecer se o "Eduardo Costa" mencionado na agenda é Eduardo José Barros Costa e qual foi o teor da conversa. A estatal disse que esse tipo de encontro trata de "temas de interesse institucional e de projetos".

A Codevasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba) foi entregue por Bolsonaro a partidos do centrão em troca de apoio político no Congresso, em especial para evitar a abertura de um processo de impeachment contra ele.

Eduardo Costa é referência para políticos locais na hora de questionar o andamento de obras da Construservice.

Em 12 de abril, o deputado estadual Vinicius Louro (PL) disse, na tribuna da Assembleia Legislativa maranhense, que telefonou ao "proprietário da empresa, da Construservice, Eduardo DP" para cobrar o sobre o andamento de obras em estradas.

O deputado disse à Folha que não conhece o quadro societário da construtora, mas que "todo mundo no Maranhão sabe que ele [Costa] responde por ela [a empresa]". Ele disse "falar direto" com Costa sobre a empreiteira.

Em inquérito que começou como desmembramento das investigações do assassinato do jornalista Décio Sá em São Luís (MA), em 2012, a polícia do Maranhão delatou em 2015 a Operação Imperador, cujo título é uma alusão ao apelido de Costa.

Costa não se tornou réu pelo assassinato, mas, segundo as autoridades, as apurações revelaram que ele arrematou um laranjal para constar nos quadros de sócios de construtoras usadas no esquema. Entre outros, foram alvos da operação a Construservice e duas pessoas que constam oficialmente como seus donos.

Um deles é o motorista Adilton da Silva Costa. Em depoimento de 2015, Adilton afirmou que trabalhava para a família de Eduardo Costa desde 1982 e que recebia um salário mínimo, sem carteira assinada, para fazer serviços gerais. Ele disse saber que havia empresas registradas em seu nome, mas não sabia os nomes delas, e que Costa costumava levar papéis para ele assinar.

Uma ex-companheira de Costa, Eridan Pinheiro Dias, disse à polícia que muitas ve-

“**Todo mundo no Maranhão sabe que ele [Costa] responde por ela [a empresa]**”

Vinicius Louro (PL-MA) deputado estadual

zes Costa debochava da situação, "dizendo que ia buscar o empresário Adilton" para assinar documentos.

Outro sócio formal da empreiteira é o engenheiro Rodrigo Gomes Casanova Júnior.

Em seu depoimento em dezembro de 2013 com uma "proposta de uma parceria".

Essa parceria consistiria na entrada dele "como sócio de uma empresa controlada por Eduardo José Barros Costa, no caso a Construservice, o que foi aceito pelo declarante, que entraria como sócio em razão de sua experiência no ramo de construção civil e de seu conhecimento técnico na área".

Disse também que à época possuía "formalmente" 98% das ações da empreiteira, porém não sabia quem era o outro sócio, "achando apenas que tal pessoa se chama Adilton, e o viu em apenas duas ocasiões de forma breve", segundo o testemunho.

Casanova Júnior também afirmou que cuidava da "operacionalização" da empresa. Porém ele disse morar em São Luís, a 300 km de sede.

Costa também foi interrogado em 2015. Ele admitiu que conheceu empresas e bens em nome do motorista Adilton. Mas, em relação à Construservice, declarou que só mantém "parceria e participação" com a construtora e que realiza obras juntos, e a empresa pertencera a Casanova Júnior.

A Folha, por chamada de áudio, Costa negou ser dono da Construservice. Ao ser questionado sobre a reunião com o presidente da Codevasf em dezembro de 2022, não respondeu e desligou.

Um contrato com o Governo do Tocantins para sinalização e conservação de rodovias foi assinado em 2019 por Costa como representante da Construservice.

A maior reserva orçamentária feita à empresa pelo governo Bolsonaro foi de R\$ 20 milhões para obras no Tocantins. A empreiteira também firmou contratos para serviços em Goiás, Ceará, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte e no Distrito Federal desde 2019.

Folha visitou obras da Construservice no Tocantins realizadas por meio de contratos da Codevasf.

Continua na pág. A5



Asfalto de obra realizada pela Construservice em Araguatins (TO) Adriano Vizoni - 29.mar.22/ Folhapress

Continuação da pág. A4

Em Araguatins (a 620 km de Palmas), o asfalto feito pela empresa possui trechos tão precários que expõem os motoristas ao risco de acidente. Os moradores relatam que o pavimento aplicado há poucos meses amolece e afunda nos dias de muito calor.

A Folha examinou a documentação de 99 concorrências de pavimentação da Codevasf no ano de 2021. A Construservice foi a segunda colocada no ranking de vitórias nesse setor, com 10 licitações.

Ela só ficou atrás de outra empreiteira do interior do Maranhão, a Engefort, que ganhou mais da metade dos pregões. Nessas concorrências, a Engefort chegou a participar sozinha ou na companhia de

uma empresa de fachada registrada no nome do irmão de seus sócios.

Advogados de Costa negam que ele tenha ligação com empresa

OUTRO LADO

Segundo nota enviada pelos advogados Thanick Ferreira, Daniel Leite e Luís Eduardo Bouéres, que defendem Eduardo Costa e também a Construservice, seu cliente não é sócio da empreiteira. A defesa diz que "Costa não tem conhecimento de afirmações por parte do Ministério Público Federal que afirme a existência de ligações da sua pessoa com a empresa Construservice".

De acordo com os advogados, Costa já prestou "esclarecimentos, no sentido de comprovar a legitimidade e correção de suas condutas" nos processos em que é acusado.

A Folha buscou contato com a Construservice e um de seus números de telefone é o do escritório de advocacia que também defende Costa.

Na nota, os advogados afirmam que "a Construservice reafirma que nunca sofreu quaisquer condenações em processo judicial ou administrativo em que seja acusada de superfaturamento, desvio de recursos públicos, atos de corrupção, ou improbidade administrativa".

Em nota, a Codevasf disse que faz licitações abertas à livre participação de empresas de todo o país e suas contratações cumprem a lei.

A Folha procurou Rodrigo Gomes Casanova Júnior por ligações telefônicas, emails e por seu advogado, mas não obteve uma manifestação do engenheiro.

Ministro da Educação tentou nomear pastor lobista para o governo

Documentos mostram trâmite para dar cargo na pasta a pivô de escândalo no MEC, mas iniciativa não deu certo

Paulo Saldaña

BRASÍLIA O Ministério da Educação trabalhou oficialmente para nomear o pastor Arilton Moura em cargo comissionado na pasta. O trâmite burocrático ocorreu por iniciativa do atual ministro da Educação, Victor Godoy Veiga, na época secretário-executivo no MEC.

Os pastores Arilton Moura e Gilmar Santos são peças centrais no escândalo do balcão de negócios do MEC. Eles negociavam com prefeitos a liberação de verbas federais mesmo sem cargo no governo.

Prefeitos relataram pedidos de propina, até em ouro. Em áudio revelado pela Folha, o ex-ministro da Educação Milton Ribeiro disse que priorizava pedidos dos amigos de um dos pastores a pedido do presidente Jair Bolsonaro (PL).

A Folha teve acesso aos trâmites da tentativa de nomeação por meio da Lei de Acesso à Informação após ter recebido relatos dessa iniciativa.

Victor Godoy Veiga solicitou o provimento do cargo em 17 de novembro de 2020, pelo ofício nº 696/2020. O plano era que nomear Arilton ge-

rente de projetos da secretaria-executiva do MEC, com salário base de R\$ 10.373,30.

Além disso, foram encaminhados pelo MEC à Casa Civil seis documentos, como declarações de idoneidade moral, reputação ilibada, currículo e ausência de vínculos que configurassem nepotismo.

O trâmite para nomeação de Arilton na pasta foi tocado pelo MEC até dezembro de 2020. No dia 11 daquele mês, consta no processo de nomeação a negativa da Casa Civil após consulta no Sinc (Sistema Integrado de Nomeações e Consultas).

A Folha questionou o MEC e a Presidência, mas não recebeu respostas.

Bolsonaro decidiu manter Victor Godoy Veiga como ministro após a demissão de Ribeiro, em 28 de março, na esteira do escândalo.

Arilton Moura é secretário da entidade religiosa comandada por Gilmar Santos e o trata como chefe.

Como secretário-executivo, Veiga era número 2 do MEC e também esteve com os pastores. O cargo é considerado o motor da pasta, por onde passam quase todas as decisões. Apesar de não ter consegui-

do nomear Arilton Moura, Veiga abrigou em sua equipe no MEC, meses depois, um advogado ligado aos pastores. Luciano de Freitas Musse foi nomeado gerente de projetos em abril de 2021 e só foi exonerado após Ribeiro ser demitido. Musse integrava a comissão dos pastores Gilmar Santos e Arilton Moura e esteve

Investigações miram compras de kit de robótica

As compras milionárias de kits de robótica de uma empresa cujo dono tem ligação com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), entraram na mira das investigações pelo país. As aquisições foram feitas com recursos do MEC, que priorizou os repasses. O caso tem sido apurado por tribunais de contas e Secretaria da Fazenda de Alagoas. Até uma CPI deve ser instalada em uma das cidades com contrato de robótica. O governo Bolsonaro se esforça para minimizar o caso.

em ao menos três encontros oficiais com Ribeiro antes de integrar a equipe do MEC.

Mesmo sem cargos no governo, os pastores circulavam no MEC e no Palácio do Planalto com assiduidade. Eles visitaram 127 vezes o Ministério da Educação e o FNDE durante o governo Bolsonaro.

Eles têm proximidade com Bolsonaro desde o primeiro ano do governo. Eles também somaram 45 entradas no Palácio do Planalto desde 2019.

Só Arilton Moura esteve 90 vezes no MEC. O equivalente a uma vez por semana, considerando o período em que Milton Ribeiro esteve no cargo.

O ex-ministro e os pastores negam irregularidade. Todos foram procurados, mas se mantiveram em silêncio.

No currículo entregue ao governo federal, Arilton Moura afirma ter se graduado em administração em 2016 pela Fafara (Faculdade Integrada de Araguatins). A instituição aparece como extinta no sistema de cadastro da pasta, o e-MEC. Ele ainda teria feito ciências contábeis na Universidade Federal do Pará, com conclusão em 2004.

Entre as experiências profissionais, ele cita trabalhos no governo do Pará em 2018 e no período entre 2007 e 2011.

O religioso ainda descreve suas habilidades: "Experiência em liderança; objetivo; comunicativo; íntegro e boa relação com as pessoas (Networking)".

A Folha mostrou como os pastores usavam um hotel no Setor Hoteleiro Sul de Brasília para negociar com prefeitos e receber integrantes do governo. Funcionários relataram à reportagem ter visto Arilton com uma barra de ouro no bolso no restaurante do hotel.

DIA DAS MÃES PEDE

NOVA CASASBAHIA

MAIS DE 20 MILHÕES

DE REAIS EM DESCONTOS E CUPONS



SAMSUNG GALAXY A03
CORE 32 GB
Tela infinita de 6,5"
Bateria de 5.000 mAh

R\$ 629,00

À VISTA (CADA)

FRETE GRÁTIS

EXCETO NORTE

PLANO TIM CONTROLE



LIQUIDIFICADOR, ASPIRADOR OU PANELA ELÉTRICA

POR APENAS

R\$ 149,00

À VISTA (CADA)

ou 5X R\$ 29,80 sem juros no cartão



SMART TV 50" 4K SAMSUNG
Crystal UHD
Controle remoto único
Borda infinita

R\$ 96,90

MENSAIS

sem juros no cartão Casas Bahia ou R\$ 2.899,00 à vista

FRETE GRÁTIS

EXCETO REGIÃO NORTE

APROVEITE NO






MIRE A CÂMERA DO CELULAR E BAIXE O APP



*Válido somente para uma seleção de produtos vendidos e entregues por Casas Bahia em São Paulo, para compras até 16:00 e com pagamento aprovado até 17:00 de 05/05/2022.
*Esse valor corresponde ao desconto somado de todo o estoque de produtos promocionados ou com cupom durante a campanha de 1º a 31/5/2022.

política

PAINEL

Fábio Zanini
painel@grupofolha.com.br

Cotoveladas

A chegada de deputados bolsonaristas ao PL tem causado conflitos na Câmara. Os que são egressos do antigo PSL, acostumados com a estrutura de um partido que elegeu 52 deputados, precisam agora se adaptar a outro que tinha 33 e abriga atualmente 77. As comissões temáticas apresentam os principais pontos de atrito. Os recém-filiados reclamam que tinham um assessor de regimento e outro de mérito para cada um dos colegiados. No PL, é só um auxiliar por comissão.

BUTIM Além disso, são apenas 38 vagas em comissões, número insuficiente para abrigar todos os deputados do PL. Os parlamentares se preocupam também com a distribuição do fundo eleitoral. A expectativa é que o PL tenha R\$ 280 milhões para a campanha do presidente Jair Bolsonaro e dos demais candidatos.

MAÇAROCÁ O PL do Maranhão anunciou apoio ao pré-candidato ao governo Weverton Rocha (PDT), quem em Ciro Gomes como nome à Presidência. Como se não bastasse, Rocha brigava para ter Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em seu palanque.

DESGARRADO Prefeito de Itu, Guilherme Gazzola (PL) declarou apoio a Ciro Gomes (PDT). É mais um representante do partido de Bolsonaro que se afasta do presidente. Em SP, vários deputados e prefeitos do PL estão com Rodrigo Garcia (PSDB).

ESTRELAS Guilherme Boulos marcou para sábado (28) o lançamento da pré-candidatura a deputado federal. O evento contará com participações em vídeo de Caetano Veloso, Chico Buarque, Wagner Moura, Frei Betto, Bel Coelho e Lula (PT).

DATERRA O governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), candidato à reeleição, adotou o slogan "Mineiro Raiz". É o mesmo mote de Rodrigo Garcia (PSDB), que se diz "Paulista Raiz" desde que assumiu o governo de SP, em abril.

SERTÃO Segundo o mineiro, é apenas coincidência. "O foco é destacar que Zema é mineiro do interior. Diferente do principal adversário [Alexandre Kalil]", diz sua assessora.

com Guilherme Seto e Juliana Braga

Cláudio



GRUPO FOLHA FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

Redação São Paulo
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222
Ombudsman ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000
Atendimento ao assinante (11) 3224-3090 | 0800-775-8080
Assine a Folha assine.folha.com.br | 0800-015-8000

Edição Digital	Digital Ilimitado	Digital Premium
DO 1º AO 31º MES	R\$ 1,90	R\$ 1,90
DO 1º AO 12º MES	R\$ 9,90	R\$ 9,90
A PARTIR DO 13º MES	R\$ 29,90	R\$ 39,90

Edição Impressa	Venda avulsa	Assinatura semestral*
MG, PB, RJ, SP	seg, a sáb. dom.	Todos os dias
DF, SC	R\$ 5	R\$ 8,27,90
ES, GO, MT, MS, RS	R\$ 5,50	R\$ 10,44,90
AL, BA, PE, SE	R\$ 6	R\$ 13,18,90
Outros estados	R\$ 9,25	R\$ 14,20,90
	R\$ 10	R\$ 17,64,90

*A vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

CIRCULAÇÃO DIÁRIA (IVC)
353.872 exemplares (abril de 2022)

TCU suspende obras da Codevasf após políticos indicarem até o asfalto

Tribunal trava contratos sob o governo de Jair Bolsonaro após série de reportagens da Folha; estatal afirma que colabora com órgãos

Mateus Vargas e Flávio Ferreira

BRASÍLIA E SÃO PAULO O TCU (Tribunal de Contas da União) mandou a Codevasf suspender uma série de obras de pavimentação após a estatal ligada ao governo Jair Bolsonaro (PL) reconhecer que parlamentares escolhem até os tipos de asfalto a serem utilizados nos serviços.

Julgamento realizado nesta quarta-feira (25) pela corte apontou a ação política e a falta de critérios técnicos nas licitações, após uma série de reportagens da Folha revelar como atua a estatal, entregue por Bolsonaro a aliados do centrão.

A área técnica do TCU verificou que, "sem qualquer fundamentação expressa", políticos indicam quais vias devem ser revestidas e qual "empresa e/ou contrato/preço específico que deve ser utilizado para executar a obra".

A decisão tomada nesta quarta-feira (25) pelo tribunal impede a emissão de novos ordens de serviços em contratos feitos a partir de 29 preços eletrônicos lançados em 2020. Estas licitações permitiriam a execução de "contratos guarda-chuva" que podem somar até R\$ 622,15 milhões.

A suspensão dessas obras, em dez estados (AP, BA, AL, RN, PE, SE, MG, TO, PI e MA) e no DF, vale até a companhia provar que implementou estudos sobre a vantagem técnica e econômica do tipo de revestimento escolhido, além de análises sobre a necessidade das pavimentações.

Procurada depois do julgamento do TCU, a Codevasf não se manifestou.

Em ocasiões anteriores, negou irregularidades, disse atuar em permanente cooperação com órgãos de fiscalização e controle e que tem observado as determinações do TCU.

Turbinado por bilhões de reais em emendas parlamentares no governo Jair Bolsonaro, a Codevasf mudou sua vocação histórica de promover projetos de irrigação no semiárido para se transformar em uma estatal entregadora de obras de pavimentação e máquinas até em regiões metropolitanas.

Tal expansão de atividades ocorre sem planejamento e com controle precário de gastos, segundo órgãos de fiscalização e documentos produzidos pela própria estatal.

A Folha revelou que a Codevasf usa brechas em licitações simplificadas para multiplicar obras de pavimentação e escoar verbas de emendas parlamentares. A manobra é pilar da argumentação da área técnica do TCU, mas os ministros do tribunal não chegaram a proibir esse modelo, centrando as críticas ao modo como é implementado.

O mecanismo empregado para licitar os asfaltamentos contou com aval do próprio TCU, que considerou nesta quarta que a estatal cumpriu "parcialmente" com uma série de ajustes que deveriam ser feitos para impedir irregularidades e sobrepreços nas obras.

O TCU avaliou que a Codevasf tem violado mandamentos básicos da impessoalidade e da isonomia, abrindo margem para "direcionamentos indevidos de realização de obras e ocorrência de contínuo entre empresas e agentes públicos e políticos".

De forma geral, esse tipo de

A 'inversão da ordem clássica' das licitações na estatal de Bolsonaro

Com aval do TCU, estatal Codevasf ampliou concorrências de obras de pavimentação sem local definido e sem projeto básico

Roteiro clássico em licitações de pavimentação

- 1 Municípios, estados ou governo federal definem que um determinado local deve receber uma obra pública de pavimentação
- 2 São realizados estudos no local para que possa ser feito um projeto básico que vai servir de base para a cotação
- 3 É aberta a concorrência na forma de licitação de obra, com fundamento no projeto básico, com fases de apresentação de documentos e de propostas
- 4 A empreiteira vencedora da licitação inicia a obra dentro dos limites objetivos do projeto e da proposta que apresentou

Roteiro adotado pela Codevasf

- 1 A Codevasf abre concorrência para um contrato de pavimentação que seja válido para a um estado inteiro ou uma grande região, mas sem definir os locais onde as obras serão feitas
- 2 A estatal cria modelos fictícios de vias e estimativas para a cotação de preços das obras. É calculado um valor de referência por metro quadrado, como se fosse um serviço de colocação de pisos em uma casa
- 3 É feita uma forma simplificada de concorrência, o preço eletrônico, de forma online
- 4 A vencedora assina um "contrato guarda-chuva" válido para um estado inteiro ou uma região
- 5 Quando chega o dinheiro público de uma emenda parlamentar ou de outra natureza, é escolhido o local a receber as obras, geralmente por indicação do político padrinho da emenda
- 6 É apresentada documentação com estudos do local para que a obra possa ser encaixada nas condições do "contrato guarda-chuva"
- 7 As obras são iniciadas pela Codevasf com vários riscos de irregularidades, já que a realidade dos locais deve ser enquadrada nas condições genéricas dos "contratos guarda-chuva". Esse mecanismo deixa em segundo plano o planejamento, a qualidade e a fiscalização, abrindo margem para serviços precários, desvios, superfaturamentos e corrupção

licitação simplificada permite fechar "contratos guarda-chuva", com "objeto incerto e indefinido, sem a prévia realização dos projetos básico e executivo das intervenções", afirmou o tribunal ao permitir a manobra em 2021.

Como mostrou a Folha, a Codevasf tem considerado serviços de pavimentação complexos como trabalhos de engenharia simples, que poderiam ser cotados por m² tendo por base modelos fictícios de vias, extrapolando a decisão do tribunal.

Na prática, a estatal federal tem fechado diversos contratos para obras precárias, deixando em segundo plano o planejamento e a fiscalização.

Em relatório de auditoria, técnicos do TCU afirmam que 35% de 78 ofícios de parlamentares com indicações de obras também faziam "alguma referência ao tipo de pavimento a ser executado ou à ata em vigor".

Em uma resposta ao TCU, a própria Codevasf reconhece que não tem o pleno controle ao menos do tipo de revestimento escolhido nas obras.

"Sem querer afastar-se da responsabilização em participação no processo, informamos nesta oportunidade que a escolha não cabe exclusivamente à equipe técnica. O tipo de pavimento escolhido é resultado de demanda externa (parlamentar, município)", afirmou a 5ª Superintendência Regional da companhia, localizada em Alagoas.

"A partir desta demanda gaguejada na necessidade pública alegada pelo representante da população beneficiária é que a administração da Codevasf, equipe técnica e superintendência, avalia a oportunidade e conveniência administrativa somada à possibilidade técnica, estando justificada no processo licitatório", disse ainda a mesma divisão da estatal.

Os ministros do tribunal também decidiram que o presidente da estatal, o engenheiro Marcelo Moreira Pinto, deve ser ouvido sobre as possíveis irregularidades.

A estatal deve em 30 dias criar mecanismos que reforcem a escolha técnica sobre o tipo de revestimento usado nas obras, além de estudos sobre a necessidade dos serviços, decidiu o tribunal.

No fim de abril, o TCU apontou que a companhia burilou uma licitação para realizar obras de pavimentação de R\$ 25 milhões no DF.

Apesar de a estatal ter encaixado esses serviços na modalidade destinada a tarefas simples, a pavimentação na capital federal é complexa e tem ligação com um eixo viário regional. O tribunal, então, apontou indícios de ilegalidade e interrompeu cautelosamente os contratos.

Esse tipo de licitação chegou a ser avaliada pelo TCU sob o argumento de que pode facilitar a realização de convênios da estatal com estados e municípios, para multiplicar obras de asfaltamento.

Uma empresa contratada pode ainda replicar as tarefas, cobrando o mesmo valor por m²? por exemplo, independentemente do local escolhido.

Quando analisou e autorizou o uso do mecanismo, em 2021, o TCU mostrou não ignorar as fragilidades da manobra e o risco de superestimativa nos serviços.

Continua na pág. A5

Continuação da pág. A4

Assim, determinou a adoção de "pontos de controle" pela Codevasf, para contratações futuras. O principal deles, segundo o tribunal, seria o de adotar medidas para encaixar a situação das vias reais às condições estabelecidas nos contratos guarda-chuva.

A Codevasf não cumpriu com todas as determinações exigidas para manter a licitação simplificada, disse o TCU na tarde desta quarta.

Entre que ao centro pelo presidente Jair Bolsonaro em troca de apoio político, a Codevasf se transformou em um dos principais instrumentos para escoar a verba recorde das emendas.

Pela lógica da Codevasf e do tribunal, o mais importante desse tipo de licitação simplificada é servir de via rápida para que os congressistas possam destinar o dinheiro público, o que na prática ocorre por meio das emendas de relator.

Este tipo de verba é usada para irrigar redutos eleitorais e está no centro de suspeitas de corrupção do governo. A Folha publicou uma série de reportagens que mostrou, entre outros pontos, o aumento de 240% no uso do modelo afrouxado de concorrência em 2021 e o descontrole administrativo que abrange R\$ 4 bilhões.

ACGU (Controladoria-Geral da União) também já fez um exame sobre as obras no DF e verificou que elas são incompatíveis com o modelo de licitação da Codevasf.

Em relatório sobre contratos de pavimentação da estatal, a controladoria apontou que o caminho simplificado só pode ser adotado para serviços "padronizáveis, de baixa complexidade e de contratação frequente"

A equipe técnica do TCU disse que a Codevasf tem atendido pedidos dos parlamentares por obras sem avaliar a necessidade do serviço.

"Estes pedidos vêm sendo atendidos pela Codevasf, a qual também não forneceu a esta equipe documentos com algum tipo de análise ou aprovação técnica dessas indicações relacionados à necessidade das obras e o tipo de revestimento escolhido", apontaram os auditores. O tribunal afirmou que a estatal não fez estudos que apontassem quais locais dentro de uma região deveriam ser priorizados.

"Apesar dos notórios e conhecidos problemas de pavimentação em municípios, principalmente fora dos eixos das capitais, e da restrição orçamentária acometida atualmente pelo país, foram verificadas vias aparentemente em bom estado de conservação que serão ou estão sendo objeto das obras", afirmou a área técnica da corte.

Como mostrou a Folha, a empreiteira que lidera as contratações da estatal no governo Bolsonaro participa das disputas públicas ao lado de empresa de fachada. Já a vice-líder tem sócio oculto que é réu por supostos desvios e atos de corrupção.

De 2018 a 2021, o valor empenhado (reservado no orçamento para pagamentos) pela Codevasf avançou de R\$ 1,3 bilhão para R\$ 3,4 bilhões, a reboque das emendas parlamentares, que saltaram de R\$ 302 milhões para R\$ 2,1 bilhões no período.

Com a explosão da verba, a Codevasf também retém mais recursos de "taxa administrativa". A empresa fica com 4,5% do valor das emendas parlamentares.

Nome da bancada evangélica é escolhido vice da Câmara

Lincoln Portela (PL) ocupa cargo na Casa que era de opositor de Bolsonaro

Danielle Brant

BRASÍLIA O deputado Lincoln Portela (MG), da bancada evangélica, foi eleito nesta quarta-feira (25) novo vice-presidente da Câmara, em substituição ao deputado Marcelo Ramos (PSD-AM), desafeto do presidente Jair Bolsonaro (PL).

Portela, indicado oficial do PL, recebeu 232 votos —precisa do apoio da maioria absoluta dos votantes. Disputaram a vaga, que pertence ao partido de Bolsonaro, a ex-ministra da Secretaria de Governo Flávia Arruda (DF), Bosco Costa (SE), Capitão Augusto (SP) e Fernando Rodolfo (PE) — todos como avulsos.

Na quarta-feira (24), Portela derrotou o candidato do Planalto, deputado Vitor Hugo (GO), por dois votos em votação interna do PL.

A ex-ministra Flávia Arruda recebeu 83 votos. Bosco Costa teve 40, Capitão Augusto, 24, e Fernando Rodolfo, 11.

Também foram eleitos Odair Cunha (PT-MG) como segundo secretário, em substituição a Marília Arraes (PE) — que trocou o PT pelo Solidariedade —, e Geovania de Sá (PSDB-SC) — no lugar de Rose Modesto (MS), que deixou o PSDB pela União Brasil.

Logo após ser eleito, o novo vice-presidente já substituiu o Arthur Lira (PP-AL) no comando da Mesa. "Passo a Pre-



Presidente da Câmara, Arthur Lira (esq.), ao lado do novo vice, Lincoln Portela, na sessão de votação. Pedro Ladeira/Folhapress

sidência, com muita honra, neste momento, ao deputado Lincoln Portela, para que sua excelência conduza os trabalhos no momento em que vou fazer um atendimento no gabinete, e para que sua excelência inaugure com o pé direito", disse o presidente da Câmara.

Portela substituiu o deputado Marcelo Ramos (PSD-AM), destituído por Lira após pressão do PL, partido de Bolsonaro. Conforme revelou a Folha, o PL pressionou o presidente da Câmara a retirar o ex-integrante da legenda da vice-presidência da Casa e tentar emplacar um deputado da sigla.

Em live no dia 12 de maio, o presidente Jair Bolsonaro afirmou ter pedido ao partido de Valdemar Costa Neto para destituir Marcelo Ramos, que é seu opositor e trocou o PL

pelo PSD, de Gilberto Kassab. A ofensiva do PL, pelo cargo de vice-presidente da Câmara começou há cerca de um mês, mas foi intensificada após as críticas do amazense Ramos à edição de decretos que reduzem o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) e afetam a produção da zona franca de Manaus.

Em entrevista à Folha, Portela disse não ver problemas em eventuais questionamentos do resultado das eleições. Segundo ele, essas ações são legítimas a depender das denúncias que surjam e desde que os preceitos legais sejam cumpridos. O discurso de Portela se alinha às manifestações de teor golpista capitaneadas por Bolsonaro, que, sem qualquer prova ou indício relevante, tem levanta-

do dúvidas sobre a lisura do sistema eleitoral.

De acordo com Portela, questionamento de eventual derrota de Bolsonaro no pleito não representa uma ameaça à democracia. "Você, de repente, fazer um questionamento dentro das normas legais, eu não vejo problema nenhum. Os pontos de vista devem ser respeitados, as ideias devem ser respeitadas, tanto pela esquerda, como pela direita, como pelo centro. E questionamentos são feitos, temos o livre direito de expressão. Agora, caso aconteça, que seja feito com cristalinidade, da maneira mais correta possível, observando todos os preceitos legais."

Portela é presidente da Igreja Batista Solidária e foi indicado para concorrer à vice da Câmara pelo presidente da Frente Parlamentar Evangélica, o também deputado Sôstenes Cavalcante (PL-RJ).

Cavalcante fez um discurso de conciliação para os derrotados após a votação. "Flávia, Fernando, Bosco e querido Capitão Augusto, ninguém no nosso partido é vitorioso ou derrotado", afirmou. "A grande verdade é que hoje o PL é o maior partido da Câmara dos Deputados e sairá das próximas eleições o maior partido do Brasil. E cada um dos senhores e das senhoras, que hoje disputou essa vaga, faz parte dessa história", completou.

NOVORIO PINHEIROS

MAIS DE 550 MIL IMÓVEIS LIGADOS À REDE DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO.

EM 2019, A SABESP E O GOVERNO DE SÃO PAULO ENCARARAM UM DESAFIO QUE PARECIA IMPOSSÍVEL: TRAZER A VIDA DE VOLTA PARA O RIO PINHEIROS. FORAM NA RAIZ DO PROBLEMA E LIGARAM MAIS DE 550 MIL IMÓVEIS À REDE DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO. OBRAS COMO ESSA ACONTECEM EM DIVERSAS REGIÕES DO ESTADO, NO INTERIOR E NO LITORAL, LEVANDO DIGNIDADE E QUALIDADE DE VIDA PARA TODOS OS PAULISTAS. ESSA CONQUISTA É DE TODOS NÓS. POR ISSO, PRESERVE O QUE É SEU, NÃO JOGUE LIXO NAS RUAS.

A VIDA ESTÁ VOLTANDO AO PINHEIROS. E O PINHEIROS ESTÁ VOLTANDO À VIDA.

www.sabesp.com.br/novoriopinheiros

Um pastelão amador e sangrento

Se governo fosse obra de ficção, pecaria por falta de verossimilhança

Reinaldo Azevedo

Jornalista, autor de "O País dos Petralhas"

Se fosse obra de ficção, o governo Bolsonaro não passaria pelo crivo de críticos exigentes. Falta-lhe verossimilhança, esse conceito tão caro à literatura e ao drama. Tudo é tão caricatural e grotesco que um editor de livros ou um diretor de teatro ou cinema diriam: "Não dá para aceitar essa porcaria. Se a arte não reproduzir minimamente os critérios de razoabilidade e plausibilidade do mundo real, é impossível haver comunicação com o público". Antes de jogar o texto no lixo, esse meu crítico imaginário pensaria, com ar aborrecido: "Vá ler Aristóteles e não me amole. Ou escolha o cami-

nho da literatura fantástica". Os contrastes exagerados; a falta de nuances de caráter; o lobo que não disfarça a sua natureza mesmo em pele de cordeiro; a hipocrisia rasgada; o sujeito que vocaliza o contrário daquilo que pensa e que pratica o oposto do que diz... Nada disso rende boas histórias. Há bem mais do que 50 tons de maldade e de bondade nas pessoas. Sem ambiguidade não se constroem boas personagens. Vivemos, no entanto, um pastelão amador e sangrento. O bolsonarismo é um vilão sem imaginação. A personagem principal faz troça de doentes que morrem sufocados.

Trata-se de uma gente mesquinha mesmo quando afeta sabedoria superior. Na campanha eleitoral de 2018, Paulo Guedes falava nos salões do capital em nome da responsabilidade fiscal, opondo-se, então, ao que seria o populismo das esquerdas. Afinal, a presidenta "do outro lado" havia sido deposta em razão da suposta pedalada. Com a PEC dos Precatórios, o Ministério da Economia pedalou, furou o teto e deu calote. Tudo de uma vez. Tomaram gosto. A três meses do eleição, instaurou-se a desordem fiscal na União e nos estados para baixar o preço dos combustíveis e se violam

a Lei Eleitoral e a Constituição com o que o próprio Guedes chamou "PEC Kamikaze". Eis os senhores que anunciaram ter os arcanos da tradição, da família e do cristianismo. Fulcraus de proporções bíblicas tragam o Ministério da Educação. Os protagonistas são pastores que evocam, com as aritméticas do demônio, o nome de Deus. Vituperam contra as ditas licenças de gênero. O Código Penal e a Lei 12.850 põem nome nas coisas que esses homens pios praticaram por lá: tráfico de influência, corrupção ativa, lavagem de dinheiro,

organização criminosa. Os garantidores dos costumes eram só uma súa de ladrões. Uma das figuras mais salientes e bulhçosas dessa turma tão empenhada em combater os hábitos degenerados do nosso tempo era parceiro frequente das "lives" do presidente. Pedro Guimarães, ex-presidente da Caixa, não só tentava conferir robustez técnica aos desatios do chefe como prometia, se preciso, pôr seu próprio corpo à prova em defesa da "nossa liberdade", para citar o "capitão". Em 2022, ameaçou pegar suas 15 armas e dar a vida, se preciso fosse, para combater quem tentasse impor restrições à sua família em razão da Covid. Esses valentes têm um lema: "Minhas armas, minhas regras". Abriu-se a caixa de Pandora e lá de dentro saíram todos os males do mundo. Segundo testemunhos, o chefe do CEF submetia mulheres, de forma sistemática, a assédio sexual. Aúdios evidenciam a rotina de assédio também moral. Há indi-

ções de que o próprio Planalto sabia há tempos que algo não estava bem por lá. Guimarães, no entanto, era o mais frequente parceiro de cena do chefe. O centrão foi um dos Belzibus da campanha bolsonarista em 2018. Hoje, Arthur Lima e Ciro Nogueira governam o país e estão empenhados em tornar de execução obrigatória as tais emendas do relator. A turma dá, assim, o seu próprio golpe, independentemente da sorte do seu líder. Ainda que não houvesse lambanças do MEC e da Codevasf, o orçamento secreto já faria deste governo o mais corrupto da história. É essa gente que ameaça o TSE e flerta com golpe de Estado caso perca a eleição. Flávio Bolsonaro, o patriota da "rachadinha", voltou a fazer ameaças em entrevista publicada ontem. Somos personagens de uma obra de ficção que afronta todos os fundamentos da verossimilhança. E, no entanto, não dá verdade. É preciso reagir no mundo dos fatos.

| DOM, Elio Gaspari, Janio de Freitas | SEG, Celso R. de Barros | TER, Joel P. da Fonseca | QUÁ, Elio Gaspari | QUI, Conrado H. Mendes | SEX, Reinaldo Azevedo, Silvio Almeida, Angela Alonso | SÁB, Demétrio Magnoli

Empreiteira líder sob Bolsonaro vence licitações com preços perto do dobro

Engenfort obteve contratos com valor superior ao de estados vizinhos; empreiteira diz seguir lei

Flávio Ferreira

SÃO PAULO A empreiteira Engenfort, campeã de contratos com a estatal Codevasf no governo Jair Bolsonaro (PL), ganhou concorrências de pavimentação em 2021 com valores quase duas vezes maiores que os de licitações feitas em estados vizinhos e vencidas por outras empresas, segundo levantamento feito pela reportagem.

Foram encontradas discrepâncias de 87% no Tocantins, de 71% na Bahia e de 31% em Minas Gerais.

Como a Folha revelou em abril, a Engenfort tem conquistado a maioria das concorrências de pavimentação do governo Bolsonaro em diferentes licitações nas quais participou sozinha ou na companhia de uma empresa de fachada registrada em nome do irmão de seus sócios.

A Codevasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba) é a estatal federal entregue por Bolsonaro ao centrão em troca de apoio político.

Turbina por bilhões de reais em emendas parlamentares no atual governo, a Codevasf mudou sua vocação histórica de promover projetos de irrigação no semiárido para se transformar em uma estatal entregadora de obras de pavimentação e máquinas até em regiões metropolitanas.

As grandes disparidades têm como ponto de partida os próprios preços mínimos das licitações fixados pela Codevasf. As diferenças de valores indicam que a estatal não aproveitou preços de suas próprias concorrências em estados vizinhos ou não fez cotações locais para pagar menos.

Procurada pela reportagem, a Codevasf alega que usa um índice oficial de preços de insumos elaborado pela Caixa Econômica Federal chamada do Sinapi, que é adotado em larga escala pela administração federal e recomendado pelo TCU (Tribunal de Contas da União).

A estatal citou uma decisão do TCU de 2019 segundo a qual "o Sinapi deve ter primazia em relação às cotações efetuadas diretamente ao mercado".

Entretanto, há outras decisões do próprio TCU que apontam a necessidade de



Obras de pavimentação da avenida Manoel Ribeiro, em Imperatriz (MA), realizada pela Engenfort. Adriano Vitori - 30 mar 22/Folhapress

“É difícil entender como a Codevasf deixa passar uma diferença de 90%, 70%, em contratos que ela mesmo faz. Não estamos falando do Governo de Sergipe contratando de um lado e do Governo da Bahia contratando de outro, estamos falando da Codevasf contratando nesses estados

Anderson Rolim presidente do Ibraop (Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas)

priorizar a economia para os cofres públicos.

Em um caso da Codevasf de 2019, em que houve superfaturamento de 70% nos orçamentos nas obras com paralelepípedos em vias do Piauí, o TCU afirmou que o Sinapi deve ser afastado quando não estiver condizente com a realidade local.

A Engenfort explodiu em verbos na atual gestão e, sob Bolsonaro, fugiu de sua tradição ao obter também contratos para asfaltamento longe de sua sede em Imperatriz (MA). Até abril, o governo havia reservado cerca de R\$ 620 milhões do Orçamento para pagamentos à empresa — o valor total quitado a ela já soma R\$ 84,6 milhões.

A Folha analisou 99 pregões de pavimentação da Codevasf de 2021, e a Engenfort venceu 53 deles.

No pregão para pavimentação com blocos de concreto no Tocantins, o preço vencedor da Engenfort foi de R\$ 144,42 por metro quadrado. Já na licitação similar do Piauí, vencida por outra empresa, o valor foi de R\$ 77,34.

Os dois estados fazem divisa, mas a diferença entre os preços foi de 87%.

Se o contrato do Tocantins tivesse usado o valor do Piauí, a pavimentação para 385 mil metros quadrados custaria cerca de R\$ 32 milhões, e não R\$ 55,5 milhões, como ocorreu na prática. Ou seja, a economia seria superior a R\$ 25 milhões.

Já no pregão feito pela 2ª Superintendência da Codevasf na Bahia para asfalto do tipo CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado a Quente), a Engenfort ganhou com o preço de R\$ 115,50 por metro quadrado. Em Sergipe, estado vizinho, uma concorrência levou o contrato oferecendo R\$ 64,40. A diferença foi de 71%.

Caso o contrato na Bahia tivesse empregado o montante de R\$ 64,40, a pavimentação para 448 mil metros quadrados teria custado cerca de R\$ 29 milhões, e não R\$ 49 milhões, como efetivamente ocorreu.

Em Minas Gerais, o pregão referente a blocos de concreto na região da cidade de Unai teve preço ganhador da En-

genfort de R\$ 140,24 por metro quadrado, enquanto na licitação referente a Plumilh o valor vitorioso de uma adversária foi de R\$ 106,72. O preço para Unai foi 31% maior.

Houve grande diferença até mesmo em relação a um pregão de um lote no mesmo estado vencido pela própria Engenfort. Na concorrência para a região de Bom Despacho, a Engenfort obteve o contrato com a oferta de R\$ 110,82, ou seja, o preço referente a Unai foi 26% maior.

Todos os pregões analisados foram realizados em datas próximas ou até no mesmo dia.

A diferença nos preços é criticada por Anderson Rolim, presidente do Ibraop (Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas), entidade que reúne profissionais da área de fiscalização de obras públicas.

“É difícil entender como a Codevasf deixa passar uma diferença de 90%, 70%, em contratos que ela mesmo faz. Não estamos falando do Governo de Sergipe contratando de um lado e do Governo

da Bahia contratando de outro, estamos falando da Codevasf contratando nesses estados”, diz.

“Os valores do Sinapi não devem ser usados cegamente. É preciso ter um mínimo de controle e razoabilidade”, completa.

Para Michael Freitas Mohallem, consultor sênior da Transparência Internacional Brasil, “a formalidade não pode servir de escudo para o mau uso do dinheiro público. Há uma autorização para usar um índice, mas claramente não é a melhor opção. Não faz sentido que uma estatal siga nessa direção”.

“Essa disparidade de preços mostra que o sistema deixa de atender ao interesse público. Uma alternativa seria trazer produtos com preços mais baixos de um estado para outro. Imagino que um transporte, mesmo de volume significativo, não iria custar R\$ 25 milhões [valor a mais pago pela Codevasf no Tocantins]”, afirma.

Contratações seguem a legislação, dizem Codevasf e Engenfort

OUTRO LADO

A Engenfort nega qualquer favorecimento indevido nas licitações e afirma que sempre cumpriu rigorosamente o que determina lei.

A firma “não possui qualquer ingerência na formulação dos preços referenciais, que são utilizados pelos órgãos licitantes e variam conforme bases orçamentárias da região”, diz.

A Codevasf afirma que segue a lei e busca o menor preço nas licitações.

Segundo a estatal, “diferenças de preços devem-se a variáveis locais (inclusive em relação a tributos), como indicam as tabelas de referência dos sistemas Sinapi e Sicro. O principal insumo na pavimentação asfáltica, por exemplo, é o material betuminoso, cujos preços variam para cada região. O transporte de materiais igualmente influencia a composição de preços”.

“No caso de Minas Gerais, havia definição prévia sobre a localidade em que os serviços seriam realizados — por essa razão foi possível a obtenção de preços por localidade, com observância do valor máximo indicado no Sinapi”, afirma.

“Número de participantes dos pregões, o nível de competitividade e o percentual de desconto oferecido estão relacionados a circunstâncias de mercado, sobre as quais a Codevasf não tem influência”, completa.

Inação de Lira e Aras é chave para conduta do presidente

A inação do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do procurador-geral da República, Augusto Aras, em relação a Jair Bolsonaro (PL) é determinante para a impunidade do chefe do Executivo, que soma mais de 140 pedidos de impeachment contra si. Ambos seguiram em silêncio 48 horas após Bolsonaro mentir a embaixadores sobre as urnas. **Política A8**

Em manifesto, servidores da Abin defendem urnas eletrônicas

Política A8

Bolsonaristas resgatam crítica de Lula a urnas

Aliados de Jair Bolsonaro resgataram declarações de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002 em que ele questiona a urna eletrônica. **A9**

Confirmado na disputa, Ciro faz ataques a favoritos

A convenção nacional do PDT confirmou ontem a candidatura de Ciro Gomes, terceiro colocado na disputa presidencial. Como em sua campanha, Ciro fez ataques a Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e a Jair Bolsonaro (PL). **Política A11**

Thiago Amparo A mulher do país abandonado

A Casa Abandonada existe porque há um país que feticheza fila VIP e casa grande; uma cidade que prefere palácios decadentes a democratizar moradia; uma elite para quem todo servente não tem nome. **Opinião A2**

Diretor da Caixa é encontrado morto na sede do banco

Mercado A19

Médicos da Santa Casa usam recurso do SUS em curso

Uma empresa de um casal de médicos da Santa Casa de São Paulo oferece cursos de especialização dentro do hospital, usando pacientes e recursos do SUS. Em resposta conjunta, o casal e a entidade negam irregularidade. **Cotidiano B3**

Conservadores chegam a 'final' para suceder Boris

Rishi Sunak, ex-ministro de Finanças, e a chanceler Liz Truss disputarão dentro do Partido Conservador quem será o premiê. Hindu e filho de imigrantes, Sunak é favorito. **A12**

PF apura corrupção com verba da Codevasf na gestão Bolsonaro

Sócio oculto de firma que acumula licitações é preso; estatal nega responsabilidade em contratos



Dinheiro apreendido em ação da PF no Maranhão contra fraudes na Codevasf **Divulgação/PP**

A Polícia Federal apreendeu ontem em uma ação que visa fraudes em licitações e desvios de verbas federais na estatal Codevasf cerca de R\$ 1,3 milhão em dinheiro, além de itens luxuosos, e prendeu o empresário Eduardo José Barros Costa.

Costa é sócio oculto da Construservice, empresa que usou laranjas para se tornar vice-líder em licitações da Codevasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba), como mostrou reportagem da Folha. O empresário esteve com Marcelo Moreira, presidente da estatal, em reunião oficial em dezembro de 2020.

Após ser entregue pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) ao centrão em troca de apoio, a Codevasf recebeu bilhões em emendas parlamentares. A fraude investigada teria origem na estatal.

Na ação foram cumpridos 16 mandados de busca, além do de prisão, em diferentes cidades do Maranhão.

A defesa de Costa afirma que a prisão é ilegal e desnecessária, e que ele nunca foi "notificado para falar, apresentar documentos e/ou quaisquer outras manifestações defensivas". "Tudo que há nos autos do inquérito policial é fruto do início da investigação e da visão unilateral da Polícia e do Ministério Público".

A Codevasf, em nota, declara que os contratos alvo da PF não são de sua responsabilidade: "Compete às prefeituras municipais realizar os procedimentos licitatórios e as contratações necessárias". **Política A4 e A6**

Análise Flávio Ferreira Emendado do centrão na estatal de pavimentação recebeu aval do TCU **A6**



Eduardo Krapp/Folhapress

POLÍCIA ENTRA EM IMÓVEL DO PODCAST A MULHER DA CASA ABANDONADA E ENCONTRA PROPRIETÁRIA

Curiosos se aglomeraram diante da casa, em São Paulo; policiais foram ao local para apurar se Margarida Bonetti é vítima de abandono de incapaz **Cotidiano B4**

Saúde B1

Raiz da depressão

Estudo contesta associação direta da doença com serotonina e abre debate sobre tratamento

Esporte B7

Campeão mundial nos 400m com barreiras, Alison diz poder ser mais veloz

Ilustrada C1 e C2

'O Telefone Preto' estreia e testa o apelo dos filmes de terror originais

Turismo C8

Hóspede pode dormir em capela dos anos 1950 em fazenda no interior paulista

ATMOSFERA

São Paulo hoje



Fonte: www.climatempo.com.br



EDITORIAIS A2

Calor dos infernos
Sobre a onda de elevadas temperaturas na Europa

Farra partidária
Acerca do descontrole no uso de verbas públicas



política

PAINEL

Fábio Zanini

painel@grupofolha.com.br

Lista de desejos

Lideranças do PT têm intensificado a busca por pontes com militares para pavimentar caminho tranquilo em um eventual governo. Em conversas recentes, generais fizeram uma série de demandas aos interlocutores de Lula, como a manutenção da reforma da Previdência, que reestruturou a carreira militar, e a garantia de orçamento robusto para manter os quartéis aparelhados. Também pedem para não serem usados como instrumento político pelo ex-presidente, como tem feito Bolsonaro.

COTURNO Na cúpula do PT, a ordem é evitar escolher ministros antes de ganhar a eleição, mas há preferência por um nome civil para a Defesa. Jaques Wagner, que já exerceu a função, é sempre lembrado, mas o núcleo da campanha afirma que Lula tem outros planos para ele. Se a opção for por um militar, o ex-comandante do Exército no governo Dilma Rousseff, Enzo Peró, é citado.

AGORAVAI Depois de errar diversas previsões sobre o desempenho de Jair Bolsonaro (PL) nas pesquisas, a campanha do presidente refez os cálculos mais uma vez e agora projeta que ao fim de agosto ele esteja próximo de Lula, no limite da margem de erro.

MÃEDINHA Em março, Ciro Nogueira (Casa Civil) previu empate entre dois em maio. Depois, a previsão era alcançar o petista ainda em julho. Mas Lula mantém dianteira de ao menos dez pontos, com chance de vitória em primeiro turno.

AS RUAS Movimentos sociais que compõem a campanha "Fora Bolsonaro" marcaram para sexta (22) reunião para discutir maneiras de reagir às novas falas golpistas do presidente. Aretomada de atos, que deixaram de acontecer devido à proximidade do período eleitoral, será objeto de discussão.

UNIDOS Dirigentes de seis centrais sindicais divulgaram nota de repúdio à reunião do presidente com embaixadores, na qual procurou desacreditar o sistema de votação. O texto chama o encontro de "espetáculo patético e perigoso patrocinado por Jair Bolsonaro". Assinam CUT, Força Sindical, UGT, CTB, NCST e CSB.

com Guilherme Seto e Juliana Braga

DEFERÊNCIA O presidente do MDB, Baleia Rossi, fez uma visita de cortesia ao ex-presidente Michel Temer na tarde desta quarta (20), para explicar a decisão de manter a convenção do partido em 27 de julho. O evento, de forma virtual, confirmará a candidatura presidencial de Simone Tebet.

MATÉRIA VENCIDA Baleia explicou que foi uma decisão tomada há muito tempo, com respaldo da direção partidária. No dia anterior, Temer havia dado apoio ao pleito de lulas da legenda para adiar o evento e fazê-lo presencial.

CALMANTE A ala bolsonarista do MDB apoiou a decisão de Baleia de manter a convenção virtual. "Até para ter um clima mais ameno, a melhor possibilidade é fazer virtual mesmo", diz o deputado federal Osmar Terra (RS).

JETSONS Sergio e Rosângela Moro vão investir na imagem conjunta do casal, mesmo com ele disputando o Senado pelo PR e ela, a Câmara por SP. A campanha vai usar um software que "põe" pessoas no mesmo ambiente. A ferramenta Aximmetry foi usada em entrevista em 2020 da apresentadora Oprah Winfrey, que estava na Califórnia, com Barack Obama, em Washington.

BOTS Marina Helena, candidata a deputada federal pelo Novo em SP, registrou boletim de ocorrência após ter sofrido um ataque orquestrado em seu perfil no Instagram. Segundo ela, houve aumento repentino no número de seguidores na terça (19). A maioria eram contas com figurinhas e nomes estranhos, alguns com origem russa.



Relógios de luxo apreendidos pela PF em operação nesta quarta Divulgação PF

PF apreende R\$ 1,3 mi em dinheiro em ação que investiga desvios de verba na Codevasf

Operação atinge contratos de vice-líder em licitações no governo Bolsonaro; investigadores suspeitam que esquema tem origem dentro de estatal

Fábio Serapião, Mateus Vargas e Flávio Ferreira

Entenda

O que é a Codevasf?

A Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Paranaíba é uma estatal criada para promover projetos de irrigação no semiárido, mas tem sido usada como entregadora de obras de pavimentação e máquinas até em regiões metropolitanas.

Quanto ela recebe de verba?

De 2018 a 2021, o valor empenhado pela estatal avançou de R\$ 1,3 bilhão para R\$ 3,4 bilhões, a reboque das emendas parlamentares. Apesar desse novo patamar de recursos, as obras da companhia têm uma realidade de execuções precárias, como mostrou a **Folha**.

Há controle?

Relatório da CGU (Controladoria-Geral da União) divulgado neste ano aponta que a Codevasf não tem informações prévias sobre as necessidades de pavimentação e de entregas de máquinas. Os auditores da CGU também afirmam que a Codevasf geriu cerca de R\$ 4 bilhões em 2020 e 2021 apenas neste tipo de entrega sem controle rígido.

Quem a comanda?

A estatal é comandada pelo engenheiro Marcelo Andrade, um indicado do DEM, atual União Brasil. A maior parte do valor das emendas destinadas à estatal é do tipo "RPP", as emendas para irrigar redutos eleitorais e está no centro das suspeitas de corrupção do governo.

O que aponta a CGU?

O relatório da CGU se debruça, entre outros temas, na exploração de contratos de pavimentação e de compras de maquinários puxados pelas emendas. Os auditores apontam que o Ministério do Desenvolvimento Regional não indica ao Congresso "as prioridades para investimentos" e que a Codevasf "se posiciona somente como executora das contratações".

O que diz a Codevasf?

A estatal afirma que tem sólida estrutura de governança e que atua em "permanente cooperação com órgãos de fiscalização e controle, para contínuo aperfeiçoamento de procedimentos". Também disse que as nomeações aos cargos observam requisitos previstos em lei.

A defesa do empresário afirma que a prisão dele é ilegal e desnecessária. Segundo os advogados, "tudo o que há nos autos do inquérito policial em curso é fruto apenas do início da investigação e da visão unilateral da Polícia e do Ministério Público sobre os fatos" e que Costa "nunca sequer foi notificado para falar, apresentar documentos e/ou quaisquer outras manifestações".

"A partir de agora, [Costa] colabora com a investigação — que corre em segredo de Justiça — esperando ter a oportunidade de prestar os devidos esclarecimentos, com os quais demonstrará sua inocência", completa a defesa.

Em nota, a Codevasf diz que os convênios que motivaram a ação da PF não são de responsabilidade da estatal. "Em qualquer caso, no contexto da execução de convênios, compete às prefeituras municipais realizar os procedimentos licitatórios e as contratações necessárias ao emprego adequado de recursos orçamentários", afirma a empresa pública.

A estatal declarou que colabora com a PF e submeterá todos os contratos com a Construservice a auditoria interna.

A Codevasf foi turbinada no governo Bolsonaro por bilhões de reais em emendas parlamentares e mudou sua vocação histórica de promover projetos de irrigação no semiárido para se transformar em uma estatal entregadora de obras de pavimentação e máquinas até em regiões metropolitanas.

De 2018 a 2021, o valor empenhado (reservado ao orçamento para pagamentos) pela estatal avançou de R\$ 1,3 bilhão para R\$ 3,4 bilhões, a reboque das emendas parlamentares, que saltaram de R\$ 202 milhões para R\$ 2,1 bilhões no mesmo período.

Todos os contratos da Construservice com o governo federal foram firmados após 2019, ou seja, no governo Bolsonaro. A empresa também só recebeu recursos federais na atual gestão, segundo dados do Portal da Transparência.

As duas pessoas registradas oficialmente como donas da empresa são as mesmas que, em 2015, foram ouvidas em uma investigação policial e admitiram que foram chamadas para constar formalmente como sócias na construtora, embora não mantivessem nenhuma ligação pessoal ou empresarial entre elas.

Segundo apurações da Polícia Civil e do Ministério Público do Maranhão, Costa é suspeito de comandar uma quadrilha responsável por crimes em mais de 40 municípios, pelo menos de 2009 a 2012, entre eles desvios de recursos do Ministério da Educação.

Costa é réu em ações nas Justiças Estadual e Federal que tratam dos supostos desvios e atos de corrupção e chegou a ser preso nas ações policiais relacionadas a esses casos, mas respondeu em liberdade. Ele não aparece nos registros do Construservice. Mas em pelo menos uma ação trabalhista a Justiça do Maranhão o reconhece como sócio de fato da construtora.

A operação desta quarta-feira foi batizada de Odoacro e apura, segundo a PF, a existência de um "engenheiro esquema de lavagem de dinheiro, perpetrado a partir do desvio do dinheiro público proveniente de procedimentos licitatórios fraudulentos".

A PF afirma que o esquema, que se valia de pessoas interpostas e empresas de fachada, cresceu exponencialmente após 2015, quando a polícia maranhense já havia investigado uma associação criminosa na cidade de Dom Pedro.

O líder apontado pela PF colocava empresas em nome de terceiros e utilizava contas bancárias em nome de CPFs falsos para dificultar a atuação dos órgãos fiscalizadores. O nome Odoacro faz referência a sobrenome do soldado italiano que capitaneou uma revolta que colocou fim ao Império Romano.

Cláudio



GRUPO FOLHA

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

Redação São Paulo

Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222

Ombudsman ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000

Atendimento ao assinante (11) 3224-3090 | 0800-775-8080

Assine a Folha assine.folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL

DO 1º AO 3º MES R\$ 1,90

DO 4º AO 12º MES R\$ 9,90

A PARTIR DO 13º MES R\$ 29,90

Digital Ilimitado

R\$ 1,90

R\$ 9,90

R\$ 29,90

Digital Premium

R\$ 1,90

R\$ 9,90

R\$ 1.044,90

EDIÇÃO IMPRESSA

Venda à avulsa

seg. a sáb. dom.

R\$ 5 R\$ 7

R\$ 5,50 R\$ 8

R\$ 6 R\$ 10

R\$ 9,25 R\$ 11

R\$ 10 R\$ 11,50

Assinatura semestral*

Todos os dias

R\$ 827,90

R\$ 1.044,90

R\$ 1.318,90

R\$ 1.420,90

R\$ 1.764,90

CIRCULAÇÃO DIÁRIA (IVC)

352.428 exemplares (junho de 2022)